

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

A EDUCAÇÃO ESCOLAR NA COMUNIDADE QUILOMBOLA
SÃO FELIX EM CANTAGALO - MINAS GERAIS

JUCILANE COSTA PIMENTA

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**A EDUCAÇÃO ESCOLAR NA COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO
FELIX EM CANTAGALO - MINAS GERAIS**

JUCILANE COSTA PIMENTA

Sob a Orientação do Professora
Dra. Eulina Coutinho Silva do Nascimento

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Agosto de 2019**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P644e PIMENTA, JUCILANE COSTA , 1979-
A EDUCAÇÃO ESCOLAR NA COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO
FELIX EM CANTAGALO - MINAS GERAIS / JUCILANE COSTA
PIMENTA. - Seropédica, 2019.
76 f. : il.

Orientadora: Eulina Coutinho Silva do Nascimento.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA, 2019.

1. Educação Quilombola. 2. Cultura. 3. Identidade.
I. Nascimento, Eulina Coutinho Silva do , 1961-
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

JUCILANE COSTA PIMENTA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 23/08/2019

Eulina Coutinho Silva do Nascimento, Profa. Dra. UFRRJ

João Batista Damasceno, Prof. Dr. UERJ

Fernanda Felisberto da Silva, Profa. Dra. UFRRJ

Sandra Maria Nascimento de Mattos

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a DEUS, a minha família e em especial aos meus filhos: Júlio César e Maria Fernanda.

A todo povo Mocambo, em especial a Comunidade Quilombola São Felix, que há anos ficaram esquecidos na sociedade, vamos lutar por seus direitos, procure conhecer e fazer valer, independente da dificuldade ao longo de sua história.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS, por abrir todas as portas na minha vida e está sempre renovando a minha esperança e fé, me concedendo muita saúde e força para lutar. Senhor! Não sei se sou merecedora de todos os presentes que recebi de ti, mas serei infinitamente grata, por tamanha bondade.

Agradeço aos meus filhos: Júlio César e Maria Fernanda que às vezes tiveram seu tempo de colo reduzido e as brincadeiras com encurtamento de tempo; tive que deixar parte desse cuidado para terceiros, para que à mamãe conseguisse alcançar mais este sonho. Batalho para que vocês cresçam com um futuro melhor, além de ter meu exemplo de força de vontade e luta pelo que se almeja; quem sabe até se orgulhar de sua mamãe. Entre os inúmeros presentes que recebi de DEUS, onde sou incessantemente grata, estão vocês, que são meus pilares e motivação para sempre lutar.

Ao Fernando meu esposo, sei que sou uma esposa exigente, mas sempre tentei dar-lhe o meu melhor como companheira, esposa e amiga; obrigada por esforçar-se em ser um esposo e pai melhor a cada dia. A minha Mãe, que reza muito por mim e que si engrandece com minhas vitórias, saiba que essa e tantas outras também pertencem à senhora que batalhou para nos dar o melhor. Os meus irmãos, que sempre dividiram as alegrias e lutas comigo, somos todos guerreiros e merecedores de nossas vitórias, obrigada pelo amor incondicional.

Aos meus filhos de quatro patas (meus cachorrinhos), que devido à intensidade no trabalho, tive que delegar alguns cuidados, mas saiba que meu amor por vocês continua o mesmo.

Aos meus amigos próximos e distantes, que me incentivaram, me deram força e se alegraram com minha vitória: muito obrigada! Prefiro não citar nomes, porque cada um teve sua participação especial no seu devido tempo; obrigada pela palavra de força, esperança, confiança e energia positiva que me passaram.

Agradeço ao reitor e a direção do IFMG-SJE, por valorizar e investir no Técnico Administrativo que há alguns anos ficou esquecido em outras gestões. A Universidade Rural do Rio de Janeiro, por conceder essa parceria como o Instituto. A minha orientadora Eulina, que sempre me atendeu com muito carinho e aconchego, você tornou nossa caminhada mais leve, seu carisma me confortou em momentos de desespero. Os docentes e técnicos da UFRRJ

que compartilharam seu conhecimento e sua experiência, ajudando a medrar o olhar de educador e ampliar meu conhecimento intelectual. A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que forneceu um banco de dados fenomenal, enriquecendo minha pesquisa. A Professora Claudia Marisa Machado Pimenta, que me ajudou na elaboração do meu pré-projeto, sem seu apoio foi fundamental para este sonho tornasse realidade.

Por último agradeço imensamente a Comunidade São Felix, que me recebeu de braços abertos em Especial a Líder Josiane Pascoal que luta por melhorias no Quilombo, os professores da Escola Municipal São Felix (Cleonice, Josiane e Marisa) que realiza o trabalho com muito amor e esforço, pelos dois anos que estive com vocês senti o quanto é árduo o trabalho de vocês, destaco o desempenho da Prof^a Cleonice, que se preocupa em trabalhar, com seus estudantes os valores e tradição da comunidade, saiba que você cumpriu sua profissão de Docente Quilombola com excelência; a vocês estudante que conheci no período da pesquisa, muito obrigado pelos abraços calorosos que recebi, me senti verdadeiramente abraçada, estou esperando vocês aqui no Instituto para retribuir o acolhimento.

RESUMO

PIMENTA, Jucilane Costa. **A educação escolar na comunidade quilombola São Felix em Cantagalo - Minas Gerais.** 2019. 76f. Dissertação (Mestrado em Ciências). Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ. 2019.

O presente estudo foi desenvolvido na Comunidade Quilombola São Felix na cidade de Cantagalo, no Estado de Minas Gerais, incluindo-se aí a Escola Municipal, que oferece de 1º ao 5º ano em Regime Seriado, objetivando conhecer como ocorre a Educação Escolar na Comunidade Quilombola São Felix. Analisamos as expressões culturais das crianças regularmente matriculadas, de agosto de 2017 até maio de 2019, juntamente com seus costumes e representações culturais, onde percebemos escassez da valorização cultural em interface com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Lei das Diretrizes Básicas (LDB); além disso, não localizamos o registro da memória, da tradição, através das histórias contadas pelos mais velhos. Nesse sentido, a cultura e tradição do seu povo possivelmente poderá se perder com o tempo. A metodologia utilizada para a realização dessa pesquisa foi de abordagem qualitativa, que possibilitou ter uma visão mais ampla, da Comunidade Quilombola São Felix. Entrevistamos todos os docentes, discentes e seus familiares, somado de constate visitas na comunidade, seguido de registro fotográfico e no diário de campo, buscando investigar a essência do estudo, não deixando que minha convicção de vida se torne promissora na pesquisa. Analisamos essas informações apreciando a legislação vigente para comunidades quilombolas consumando um referencial bibliográfico sobre a temática, aonde percebe-se a importância de se trabalhar o ensino e as competências, levando em consideração o saber, etnia e os hábitos predominantes da comunidade, nota-se que os docentes que atuaram na escola, durante a pesquisa, avistaram um olhar para a necessidade de se incorporar a cultura no ensino em sala de aula, possivelmente, muito ainda precisa ser feito, destaque em especial: Orientação Pedagógica, Suporte da Direção Educacional do Município de Cantagalo, Capacitação e Motivação Docente, atualização de equipe multidisciplinar, onde provavelmente consiga efetuar a inclusão do Quilombo na Educação, na sociedade.

Palavras-Chave: Educação Quilombola, Cultura, Identidade.

ABSTRACT

PIMENTA, Jucilane Costa. School education in the São Felix quilombola community in Cantagalo - Minas Gerais. 2019. 76p. Dissertation (Master of Science). Graduate Program in Agricultural Education, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica - RJ. 2019.

The present study was developed in Quilombola São Felix Community in the city of Cantagalo, State of Minas Gerais, including the Municipal School, which offers from 1st to 5th grade in Serial Regime, aiming to know how School Education occurs in the Quilombola Community. St. Felix We analyzed the cultural expressions of regularly enrolled children from August 2017 to May 2019, along with their cultural customs and representations, where we perceive scarcity of cultural appreciation in interface with the Common National Curriculum Base (BNCC) and the Basic Guidelines Law (LDB); Moreover, we do not locate the record of memory, of tradition, through the stories told by the elders. In that sense, the culture and tradition of your people could possibly get lost over time. The methodology used to carry out this research was a qualitative approach, which enabled a broader view of the Quilombola São Felix Community. We interviewed all the teachers, students and their families, together with constant visits in the community, followed by a photographic record and in the field diary, seeking to investigate the essence of the study, that my conviction of life becomes promising in the research. We analyze this information by appreciating the current legislation for Quilombola Communities, consuming a bibliographical reference on the subject, where it is perceived the importance of working the teaching and the competences, taking into account the knowledge, ethnicity and the predominant habits of the community, one notices that the teachers who acted in the school, during the research, sighted a look at the need to incorporate culture in classroom teaching, possibly a lot still needs to be done, I emphasize in particular: Pedagogical Guidance, Support of the Educational Direction of Municipality of Cantagalo, Teacher Training and Motivation, updating of a multidisciplinary team, where it is likely to carry out the inclusion of Quilombo in Education, in society.

Key Words: Quilombola Education, Culture, Identity

APRESENTAÇÃO

Os caminhos que me levaram a escrever sobre o tema, estão vinculados à minha formação: sou Licenciada em Biologia com Complementação Pedagógica e Graduada em Enfermagem; por me identificar com a área de Saúde e Educação e acreditar que as duas são interface, senti a necessidade de ampliar meus conhecimentos, com vistas à intervenção e melhorias na nossa realidade, onde mantenho meu propósito no Mestrado em Educação Agrícola. Tive a oportunidade de atuar por alguns anos como enfermeira, principalmente na Atenção Primária, no qual desenvolvi vários trabalhos educacionais, voltados para prevenção, conscientização, e agora nos últimos dez anos, trabalho como Técnica em Assuntos Educacionais, mantendo meu vínculo com a Educação no Instituto Federal de Minas Gerais, *Campus* São João Evangelista.

Sou Membro do NAPNEE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas) do IFMG-SJE¹, em que tenho a oportunidade de compreender e contribuir para a efetivação de princípios e da execução da educação inclusiva. O *Campus* São João Evangelista, recebe estudantes de diversas comunidades, apresentando várias necessidades específicas tais como estudante: cego, surdo, autista, TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade) e outros, aumentando os nossos desafios frente à inclusão. Questiono se realmente as nossas práticas de inclusão estão sendo efetivas, sempre acreditando que estamos no caminho certo, mas que temos ainda um longo caminho a ser percorrido.

Ao realizar alguns contatos com essa população, que os poucos fui me aproximando, surgiram várias inquietações, sendo uma delas é o fato que o Instituto, está a uma distância de 25 km do *locus* da pesquisa e não estamos recebendo estes alunos no *Campus* para dar continuidade aos estudos. Recebi vários relatos de abandono Escolar no Ensino Fundamental, o que me causou ainda mais inquietação de como está sendo desenvolvido o processo de ensino nessa escola, será que as práticas do dia a dia estão incitando a permanência e a progressão na escola?

Identifico-me com a comunidade de estudo, que por sua vez tem toda conexão com o campo, uma vez que sou proveniente do meio rural. Nasci e fui criada nesse ambiente, minha família foi dependente e sobrevivente da agricultura, onde até nos dias atuais desenvolvemos

¹ IFMG-SJE: Instituto Federal de Minas Gerais-Campus São João Evangelista.

fielmente nossa produção, mantendo nossa origem dentro das adaptações nas novas tecnologias. Acredito que minha experiência poderá contribuir para fomento de conhecimento e projetos que promovam o desenvolvimento local.

Como educadora, acredito que se a educação for bem aprimorada, principalmente nas séries iniciais, ela poderá subsidiar e potencializar estes estudantes para disseminar conhecimento no seu próprio núcleo familiar e servir como meio de estímulo para futuros conhecimentos, sendo base para o desenvolvimento da Educação e conseqüentemente para crescimento da própria comunidade.

Nesses dez anos, atuando como servidora no IFMG, além dos anos que estive como estudante no *Campus* percebo que a proposta do Instituto, em especial do campi São João Evangelista, atende a Base Educacional Agrícola, vindo ao encontro da carência da comunidade estudada. Além, de ofertar outros cursos, como de Nível Superior: Agronomia, Engenharia Florestal, Matemática, Biologia, Administração bem como os Cursos de Nível Médio: Técnicos em Agropecuária, Técnico em Nutrição, Técnico em Agrimensura entre outros. Tais cursos podem contribuir com a Comunidade São Felix, fortalecendo as práticas do campo, e a aquisição de novas tecnologias e suscitando uma receptividade para novos trabalhos.

Ao fazer algumas leituras sobre grupos desprivilegiados, me interessei por estudar comunidades quilombolas, por acreditar que ainda exista invisibilidade desse grupo no contexto atual. Embora estejamos diante de grandes debates nos dias contemporâneos, percebo um tratamento ainda pautado na desigualdade social, frente a esse grupo, que muito contribuiu para o desenvolvimento de nossa nação. Analisando as práticas na sala de aula, vejo que o nível de escolaridade dessas grupo ainda está aquém do que se espera da sociedade.

Além disso, várias outras conjunturas, me fazem questionar qual o lugar do negro na nossa sociedade, já que mesmo com passar de vários séculos, ainda se vê um número pequeno de negros nas Universidades, na Política, residindo em áreas nobres, em cargos de direção e em tantas outras ocupações de destaque. Talvez, um olhar desatento não nos permita identificar essa diferença, mas ao analisar as estatísticas, constata-se tamanha desigualdade na sociedade, principalmente no que tange às questões raciais. Também cabe mencionar que

apesar de serem repudiadas, lamentavelmente práticas discriminatórias ainda são encontradas no contexto educacional.

Simultaneamente, as pesquisas com as comunidades quilombolas têm aumentando consideravelmente nos últimos anos, mas o progresso, ainda está obstando da realidade das maiorias das comunidades. Muitas políticas de ações afirmativas e de reconhecimento voltadas à população negra têm sido implantadas recentemente em no país, mas muitas vezes não é adequadamente abordado por vários seguimentos, o que dificulta a sua efetivação.

A proposta aqui, não se trata de apontar o quanto esse povo, foi e é desfavorecida, em relação ao branco; mas de investigar, produzir um levantamento crítico de como as práticas educacionais na Escola Municipal São Felix, estão sendo desenvolvidas. Pretendemos ainda apontar possíveis contribuições para a manutenção da comunidade, a preservação das expressões culturais, bem como propiciar progresso dos mesmos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Foto do Zumbi de Palmares.....	7
Figura 02- Municípios no entorno do IFMG-SJE, com comunidades Quilombolas reconhecidas pela CEDEFES.	10
Figura 03- Comunidades Remanescentes Quilombolas por Região	11
Figura 04 - Territórios titulados de 1996 a 2013	12
Figura 05- Territórios titulados por Unidade da Federação Brasileira dos Estados Brasileiros.	12
Figura 06- Poder Regulador do Currículo, junto com outras invenções.....	16
Figura 07- Escola Municipal São Felix.....	17
Figura 08- Escolaridade de Quilombolas Segundo CadÚnico.....	19
Figura 09- Imagens de comemoração ao dia da Consciência Negra.....	21
Figura 10 – Comemoração do Dia da Consciência Negra 2018	22
Figura 12 - Foto da Antiga Fazenda São Felix – 2007.....	25
Figura 13 - Foto da frente da antiga fazenda São Felix- 2019	26
Figura 14- Parte dos fundos da Casa da Fazenda São Felix.....	26
Figura 15 – Área desmatada para dar espaço ao plantio Eucalipto	27
Figura 16- Marco do acesso a comunidade Quilombola São Felix.....	28
Figura 17- Percurso para acesso à Escola Municipal São Felix	29
Figura 18 - Continuidade nos estudos dos jovens na Comunidade	29
Figura 20 - Igreja Católica.....	32
Figura 21 - Imagem do Santo São Felix.....	32
Figura 22 - Apresentação artística da comunidade 2013.....	33
Figura 23 - Pinturas nas paredes da Escola Municipal São Felix.....	34
Figura 24 - Fotos de casas na Comunidade Quilombola São Felix.....	35
Figura 25 - Imagens de casa em construção na comunidade.....	35
Figura 26- Ilustração da pouca iluminação em algumas casas do vilarejo.....	36
Figura 27 - Média da Renda familiar da comunidade São Felix	37
Figura 28 - Alguns locais de trabalho da comunidade Quilombola São Felix	38
Figura 29 - Foto da placa de inauguração da escola.....	39
Figura 31 - Fotos da escola pesquisada.	43
Figura 32 - União da família-2018	45
Figura 33 - Nascimento filhos-2019.....	45
Figura 35 - Registro das palestras Sexualidade/Tabagismo	45
Figura 36 - Imagens da palestra sobre Alcoolismo na Juventude	46
Figura 37 – Trabalhos de Conscientização a Exploração Sexual- 2018	47
Figura 38 - Trecho do texto do Ditado	49
Figura 39 - Texto escrito por estudante 3º Ano /Ano letivo 2018	49
Figura 40 - Texto escrito por estudante 3º Ano/ Ano letivo 2018	50
Figura 41 - Texto escrito por estudante 4º Ano/Ano letivo 2018.....	50
Figura 42 - Texto escrito por estudante 4º Ano/ Ano letivo 2018	50
Figura 43 - Texto escrito por estudante 4º Ano/ Ano letivo 2018	51
Figura 44 - Texto escrito por estudante 4º Serie/ Ano letivo 2018.....	51
Figura 45 - Texto escrito por estudante 5º Ano/ Ano letivo 2018	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Informações sobre capacitação específica para os professores.....	53
Gráfico 2 - Material didático específico	54
Gráfico 3 - Condições para a retenção escolar	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA- Grupo de Alcoólicos Anônimos

APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

BNCC- Base Nacional Comum Curricular

BPC- Benefício de Prestação Continuada

CEDEFES- Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DOU- Diário Oficial da União

FUNDEB - O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEP- A Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

NAPNEE- Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IFMG- Instituto Federal de Minas Gerais

LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social

ONG- Organização Não Governamental

SJE- São João Evangelista **TDAH** - Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade

SEPPIR- Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	COMUNIDADES QUILOMBOLAS	4
2.1	Formação de comunidades quilombolas	4
2.2	Quilombos Palmarinos	6
2.3	Enfrentamentos das comunidades quilombolas.....	8
2.4	Quilombos nas Minas Gerais.....	8
2.5	Quilombos no Brasil e Comunidades Remanescentes	10
2.6	Legislação Específica para Quilombolas.....	13
2.7	Direito à Cultura Quilombola.....	13
3	O ATUAL CENÁRIO EDUCACIONAL	15
3.1	O currículo como agente regulador do sistema educativo.....	15
3.2	Desafios da Educação Quilombola no Brasil	17
3.3	Formação de professores e Currículo em Educação Quilombola	19
4	A COMUNIDADE E A ESCOLA MUNICIPAL SÃO FELIX	25
4.1	Um pouco sobre Comunidade São Felix	25
4.2	Acesso à comunidade	27
4.3	Religião e Cultura na Comunidade.....	31
4.4	Moradia.....	34
4.5	Condição Sócio Econômica.....	36
5	ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	39
5.1	Procedimentos Metodológicos e os Sujeitos da Pesquisa	39
5.2	Um pouco da Escola Municipal São Félix	42
6	RESULTADOS E DISCUSSÕES	44
6.1	A chegada à comunidade São Felix.....	44
6.2	Atividades desenvolvidas na comunidade e na Escola.....	44
6.3	A Educação Escolar na comunidade São Felix	47
6.4	Entrevista com os Professores	52
6.5	Educação e cultura na comunidade São Felix	58
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
8	REFERÊNCIAS	64
9	APÊNDICE	69
	Apêndice A: Principais Referências Legais em Vigor Sobre a Regularização de Territórios Quilombolas.....	70
10	ANEXOS	71
	Anexo A- Apresentação da Proposta de pesquisa a Secretária de Educação e Cultura	72
	Anexo B - Apresentação da pesquisa à Líder da Comunidade	73
	Anexo C - Autorização da Líder da Comunidade para realizar pesquisa	74
	Anexo D: Termo de consentimento Livre esclarecimento para menores de Idade.....	75
	Anexo E: Certidão de Auto Reconhecimento-Comunidade São Felix.....	75

1 INTRODUÇÃO

Depois de aproximadamente quatro séculos de um modelo econômico, consolidado na exploração da mão de obra escravizada pelo sistema, o Brasil foi o último país da América a abolir a escravidão. Até os dias de hoje, embora teoricamente os negros tenham passado a serem livres, muitos continuam sem acesso aos bens da vida, como: educação, saúde e muitos outros bens recursos que a sociedade branca tem acesso. É muito recente, em no país, a implantação de políticas de ações afirmativas e de reconhecimento voltadas à população negra.

De acordo com Nascimento (2009) há uma crescente ampliação nas discussões ao que se refere à diferença, diversidade e aos processos de exclusão social, assim como sobre os estigmas que recaem sobre aqueles que não se enquadram nos padrões de normalidade estabelecidos pela sociedade opressora. Gradativamente esses temas veem conquistando diferentes espaços sociais, principalmente na escola, que é um ambiente favorável para servir de amparo e facilitador frente à diversidade e confrontos de identidade, como referido pelo autor. Evidenciar os elementos citados anteriormente no cotidiano escolar possibilita, além da visibilidade, uma produtiva discussão acerca das representações construídas pelos sujeitos sobre si e sobre o outro e, também como esses elementos perpassam e entrecruzam os currículos oficiais, os processos formativos iniciais e em exercício dos professores, a configuração subjacente aos currículos escolares, bem como as políticas públicas de educação. Como exemplo, podemos citar o ensino de história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, que muitas vezes não é adequadamente abordado seja pela ausência de materiais didáticos que abordem a temática, ou a fragilidade de abordagem nos cursos de formação de professores ou ainda, a negação de práticas discriminatórias nos espaços escolares.

Nas últimas décadas, o Brasil tem ganhado força e incentivo, nos estudos de campo das relações étnicas que se estabelecem no espaço escolar, voltado principalmente para as crianças da Educação Básica. Há vários estudos, realizados por Silva (1995), Negrão (1988), Rosenberg (1996), Munanga (1999) e Souza (2001), que indicam que muitos dos materiais didáticos impressos apresentam estereótipos e caricaturadas com figuras do negro, o que vem em discordância com a luta para diminuir ou se possível eliminar a desigualdade social e racial.

A necessidade da formação dos professores para a diversidade e a abordagem dos aspectos culturais é apontada em diferentes documentos oficiais. O Artigo 26, inciso 4 da Constituição Federal de 1988 preconiza que “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes etnias para a formação de povo brasileiro, principalmente das matrizes indígena, africana e europeia” (BRASIL, 1988, p. 49).

Mais especificamente, no que se refere à diversidade étnico racial e às comunidades quilombolas, podemos citar a Resolução N° 8, de 20 de novembro de 2012 que apresenta as diretrizes para a educação escolar quilombola na Educação Básica, em que dá a seguinte orientação para o ensino, no artigo 1º, inciso 1º:

[...] fundamentando-se, informando-se e alimentando-se da: memória coletiva; das línguas reminiscentes; dos marcos civilizatórios; das práticas culturais; das tecnologias e formas de produção do trabalho; dos acervos e repertórios orais; dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; da territorialidade (BRASIL, 2012, art 1º §1º, p. 45).

Embora estes documentos apresentem a discussão sobre identidade, diferença e cultura, as práticas pedagógicas muitas vezes se desenvolvem pautadas ainda no desrespeito à diversidade e práticas de preconceito, de racismo e de exclusão.

Para Meyer (2005, p.15), a escola apresenta como um lugar privilegiado para alguns e produtora de desigualdades e subordinação para outros, por isso a importância de “ver que histórias estão sendo produzidas aí e como se constroem os sentidos de pertencimento e exclusão, bem como as fronteiras raciais e étnicas entre os diferentes grupos sociais que ali interagem e estão representados”.

A intenção de pesquisa se remete à população de quilombos, também conhecida como Mocambos e Calhambos, que funcionava como comunidades de negros refugiados da condição degradantes de trabalho. Entre as manifestações de resistência à escravidão, a mais comum e famosa, foi à formação de Quilombos de Palmares que se localizava na Serra da Barriga, atualmente pertence ao estado de Alagoas. As comunidades quilombolas localizam-se em 24 estados da federação, sendo a maior parte nos estados do Maranhão, Bahia, Pará, Minas Gerais e Pernambuco.

Sobre a organização dos Quilombos, Apolinário (2007, p.124) assegura que “Os quilombos se organizavam próximos aos engenhos, arraiais, vilas e mantinham toda uma estrutura de apoio e interesses que envolviam pessoas que foram forçadas ao trabalho escravo, negros e negras forras e os brancos menos afortunados”.

No sentido exposto, as comunidades quilombolas vivenciam historicamente processos de embate na manutenção do território, identidade e cultura. A concepção de território na perspectiva das comunidades quilombolas vai além da relação de propriedade, conceito ocidentalizado da relação com a terra, ele está assentado na ideia de território e toda uma trama de representações que se relacionam à ancestralidade, seus usos, memórias e coletividade.

O reconhecimento da identidade afrodescendente se deu partir da legitimidade do que consta na Constituição Federal de 1988, Brasil (1988^a) artigo 215 e 216 da Lei nº 7.668/1988, Brasil (1988b) que cria a Fundação Cultural Palmares, tendo como finalidade promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. Também podemos citar o decreto lei nº. 4.887/2003, Brasil (2003), que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes dos quilombos.

A partir desse processo, as comunidades quilombolas passaram a ter acesso a programas do Governo Federal que visam à geração de renda, como: Crédito Rural, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Economia Solidária que é conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizado sob a forma de autogestão, e outros visando à melhoria da qualidade de vida e fomento à agricultura de subsistência.

Da mesma forma, mesmo com esse universo expressivo de quilombolas no estado de Minas Gerais, ainda há um grande distanciamento no que se refere à educação que alcance amplamente esse povo. Seja pela carência de políticas públicas voltadas a essa parcela da sociedade, ou por outros motivos, como: carência de infraestrutura, acessibilidade precária, rotatividade excessiva do corpo docente, adequação curricular, entre outros. As políticas implantadas ou a ausência destas determinam o lugar que negros e brancos deveriam e ainda devem ocupar na sociedade. Hoje, embora camufladas e difusas pelo discurso da falsa democracia racial, esse cenário ainda se materializa em práticas nos mais diversos espaços sociais, incluindo aí a escola.

De acordo com Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES²) 2008 existem aproximadamente 400 comunidades quilombolas no estado de Minas Gerais, distribuídas por mais de 155 municípios, já no ano de 2019, a CEDEFES, publicou nota informando que temos 596 comunidades certificadas no estado de Minas Gerais. As regiões do estado com maior concentração de comunidades quilombolas são as regiões norte e nordeste. No entanto, observa-se uma carência de registros e de regulamentação das escolas regulares para atenderem às comunidades, em todo o estado.

Nesse contexto vale pensar na construção que crianças negras fazem de si, ou seja, da diferença em relação a ser branco. Vale refletir se os discursos, a narrativa histórica, os materiais didáticos, as práticas pedagógicas, tencionam e desestabilizam essas representações ou as reforçam e silenciam. Entendemos que as práticas de reforçar e silenciar não se manifestam de forma equivalente, mas têm introjetado significados semelhantes. De acordo com Silva (2012, p. 48), “o que dizemos faz parte de uma rede mais ampla de atos linguísticos que, contribui para definir ou reforçar a identidade que supostamente apenas estamos descrevendo”. As palavras que proferimos têm peso, e constroem, associadas a outros elementos, “verdades” acerca da identidade e da diferença.

Essa realidade é sucessivamente vivenciada pelas crianças quilombolas em seu cotidiano, nas referências e representações do negro impressas no material escolar, nos olhares e comentários que recebem quando convivem com sociedade, e por vezes até mesmo na própria comunidade, quando as crianças atribuem apelidos e estereótipos umas às outras em função de umas terem mais pigmentação que outras. Percebe-se ainda no olhar de estranhamento de professores que assumem aulas nessas comunidades e expressa certo desconforto por se tratar de uma comunidade negra, que hoje sofre opressão dentro seu próprio grupo, onde muitas vezes a cor negra não é mais dominante, já que em várias comunidades tem uma miscelânea nesse grupo, no que diz respeito à cor.

Projetando alcançar os objetivos dessa pesquisa, e para melhor demonstrar os resultados obtidos nessa dissertação organizamos em sete capítulos. No capítulo 2, realizamos o referencial bibliográfico, debatendo com os autores sobre formação das Comunidades Quilombolas no Brasil, citando o berço que foi os quilombos de Palmares, destacando a trajetória dos mocambos de Minas Gerais e as Comunidades Remanescentes.

No capítulo 3, abordamos o cenário Educacional, que foi marcada por diversos avanços e retrocessos e diante da Globalização a Educação é vista como um dos maiores instrumentos usados no mundo frente a diversos enfrentamentos, discutindo sobre o currículo como agente regulador do sistema educativo e por fim, demonstrando os desafios da Educação Quilombola no Brasil.

No capítulo 4, destacamos a legislação específica para Comunidades Quilombolas, o direito a cultura quilombola, garantida na Constituição da República, nos Artigos 215 e 216 concebe os Mocambos o valor histórico e cultural e o direito de viver de acordo com suas crenças, manifestações, modo de viver cada cultura, desancando-se a Afro-brasileira.

Finalmente no capítulo 5, apresentamos o *locus* da pesquisa, situação geográfica, moradia, suas crenças religiosas, renda familiar. A metodologia foi abordada no capítulo 6 e finalmente discutimos os resultados no capítulo 7.

² O CEDEFES é uma Organização Não-Governamental, sem fins lucrativos, filantrópica, de caráter científico, cultural e comunitário, de âmbito estadual, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil. Seu objetivo é promover a informação e formação cultural e pedagógica, documentar, arquivar, pesquisar e publicar temas do interesse do povo e dos movimentos sociais. O nome escolhido para o Centro, fundado em 1985, é uma homenagem a Eloy Ferreira da Silva, trabalhador rural e sindicalista, assassinado em 16 de dezembro de 1984, no Vale do São Francisco, Minas Gerais.

2 COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Abordaremos nesse capítulo a revisão bibliográfica, debatendo com os autores sobre formação das comunidades quilombolas no Brasil, citando o berço que foi os Quilombos de Palmarinos, destacando a trajetória dos Mocambos em Minas Gérias.

2.1 Formação de comunidades quilombolas

Na época da invasão dos Portugueses no Brasil, os índios tiveram sua mão de obra escravizada, porém com muita dificuldade, devido os índios ser difícil de pegá-los, ainda mais com a chegada dos Jesuítas que passou a catequizá-los e tentar civiliza-los, retirando traços de cultura, como línguas e costumes e rituais, mas que ao mesmo tempo contrapor a condições degradantes de trabalho.

Após a tentativa fracassada de escravizar os índios eles trouxeram os desvalidos de Portugal, para serem trabalhadores no Brasil, mas como precisavam de muita mão de obra, foi vantajoso utilizar os negros que eram vendidos pelos próprios negros na África, já que os africanos usavam este método de trabalho no estado, mas de modo que não eram maltratados ou vendidos, tudo que eles produziam ficavam para eles. Com o estabelecimento das rotas marítimas, somado das conquistas de terra pelos portugueses e outros povos europeu, passou a comercialização do africano, para ser trabalhado como mão de obra escravizada em vários países, incluindo o Brasil, através do tráfico de negros.

A exploração da mão de obra escrava no Brasil durou proximamente quatro séculos anos, sendo um dos últimos países a abolir a escravidão, muitos homens procuravam meios de fugir, em busca de liberdade, entre outras várias tentativas de resistência. Os negros que resistiam ao trabalho de exploração fugiam para locais afastados, formando comunidades, denominadas Quilombos, Calhambo, Mocambos³, que eram aldeias que ficavam escondidas nas matas, grutas, florestas, próximos de rio, porque precisavam da água para produzir e se alimentar, e para desenvolver trabalhos mínimos de subsistência como: agricultura, criação de animais de pequeno porte. Já outros homens procuravam meios indevidos, como: apoderar de cargas em estradas e em pequenos comércios, sempre usando a barreira estrutural, locais preferencialmente inacessíveis, como grutas, montanhas como estratégia de se fugir da opressão imposta.

Buscando se libertar da submissão do trabalho forçado, vários negros conseguiam fugir dos seus senhores e se refugiavam em locais de difíceis acessos, nessas comunidades eles viviam de acordo com a cultura de seu país. Nesses aglomerados a cultura era bem diversificada, pois, a todo instante recebia homens oriundos de vários locais da África e de outros países, onde cada um carregava uma cultura de sua origem, mas com um fluxo intenso de contato e convivência com outros povos da mesma organização social, os valores se intercruzavam, mesclavam, mistificavam, formando um novo saber, um novo valor cultural.

Historiadores apontam que várias comunidades quilombolas, se formaram e se espalharam por todo país, principalmente nos Estados: Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, que fica na região Sudeste e Alagoas, Pernambuco, Bahia, que fica na região centro

³ **Mocambo:** Canto, refúgio, esconderijo de escravos fugidos, na floresta; quilombo.

Conjunto de habitações miseráveis.

Choça ou abrigo dos vigilantes das lavouras. (Na definição de Jcques Raimundo. "Choça que os pretos construíam nas matas, para se esconderem quando fugidos. (Dicionário da Escravidão de Alaôr Eduardo Scisínio).

oeste do Brasil. Os Mocambos representam um dos maiores exemplos de luta organizada no Brasil, dando origem a várias comunidades quilombolas em diferentes localidades, em proporções variadas de acordo com o número de habitantes e a estrutura de produção local. O agrupamento que ganhou maior destaque foi à formação dos Quilombos de Palmares, que ficava na então capitania de Pernambuco, atualmente o Estado brasileiro de Alagoas. De acordo com Nascimento:

Desde o princípio da colonização no século XVI, os africanos escravizados se engajaram num combate firme contra a condição de escravizados em núcleos de resistência diversos. Os quilombos, entre os quais destaca-se a República de Palmares, a Revolta dos Alfiates, Balaiada, Revolta dos Malês, entre tantos outros núcleos que continuam no pós-abolição em oposição às consequências da escravidão, continuam numa luta por uma liberdade que sempre lhes foi negada (NASCIMENTO, 1980, p.32).

Buscar a gênese da formação de quilombos é algo desafiador e prazeroso, por permitir viajar e conhecer a base do desenvolvimento do Brasil, que teve um avanço expressivo, devido a esse povo étnico racial.

O trabalho realizado pela mão de obra escravizada, conhecida por muitos, foi um trabalho doloroso, injusto, com condições subumanas, cercada de muita exploração e sofrimento, onde, na maioria das vezes se ganhava em troca de trabalho, apenas comida de baixa qualidade (restos que não atendia os senhores); a moradia, era conhecida popularmente como senzalas, recebiam tecido, que eles faziam de vestimentas, enfim, viviam em condições precárias, onde muitos adoeciam e morriam com doenças banais. Toda a família era explorada, desde: homens, mulheres, adultos e até crianças.

Este trabalho foi imposto até a Abolição da Escravatura no Brasil, com a Lei Aurea de 1888, onde a liberdade “total” foi “concedida”, através da constituição de 1888, que foi um instrumento de reconhecimento dos direitos dos negros. A lei Áurea, que é de nº 3.353, de 13 de Maio de 1888, Declara extinta a escravidão no Brasil:

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléa Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brazil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém.

O secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas e interino dos Negócios Estrangeiros, Bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de sua Majestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr (BRASIL, 1888).

No parágrafo anterior, cito “Concedida” entre aspas, por que uma população, que há anos foi explorada e condicionada a uma cultura de submissão, mesmo após receber uma carta de alforria⁴, se não for devidamente acompanhada e dada um suporte para conhecer e de integrar em novo mundo, a conjuntura o qual foi imposto frente a uma nova realidade, ele raramente conseguiria a sua própria liberdade por não conseguir se incluir de fato na sociedade em que supostamente foi integrado.

⁴ **Carta de Alforria** era um documento cedido a um escravo por seu proprietário. Era um tipo de “atestado” de liberdade em que o proprietário abdicava dos seus direitos de posse sobre o escravo. Este último, após a Alforria, era chamado “**negro forro**”.

Nem o Estado, nem senhores de escravos, se propuseram a oferecer condições para que os negros que foram escravizados, pudessem se alfabetizar, se capacitar, e de fato ingressar no mercado de trabalho assalariado e formal, não tendo acesso às condições mínimas de sobrevivência, ou melhor, a própria sociedade não possibilitou a inserção do negro, na nação tradicional.

Contudo a própria abolição, que era para ser a extinção da exploração, se tornou o início de um projeto de exclusão social, por não propiciar meios de inclusão e integração desse grupo sociocultural. É notório que à liberdade está ligado à educação, através do conhecimento, de aquisição da informação e conseqüentemente da autonomia, a comunidade apodera-se da condição mínima, produzindo seu próprio desenvolvimento e conseqüentemente o progresso da coletividade, oportunizando meios para o alcance da emancipação. Observamos, que este processo educacional englobante, até nos dias atuais tem traços de fragilidade em seu sistema, onde ocorrem tratamentos diferenciados, muitas com perfil elitista, com resquícios de desigualdade racial entre outros.

Considerando a importância da manutenção dos aspectos culturais inerentes às comunidades quilombolas entendemos que as manifestações culturais se constituem como um elemento essencial na manutenção da identidade e da cultura afrodescendente, por meio delas é possível compreender os processos de construção identitária desses sujeitos sociais. De acordo com dados divulgados pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR, 2013⁵. p. 15):

Em 2013, 2.040 comunidades quilombolas são certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Dessas, 207 são tituladas, em benefício de 12.946 famílias. Atualmente, 80 mil famílias quilombolas estão identificadas no Cadastro Único de Programas Sociais (referência: janeiro/2013). Dessas, 79,9% são beneficiárias do Programa Bolsa Família e 75% estão em situação de extrema pobreza. Nesse sentido, é fundamental fortalecer as iniciativas de promoção dos direitos das comunidades quilombolas. Historicamente, os territórios tradicionais de matriz africana e suas lideranças têm sido alvo de violência constante, fruto do racismo e da negação de valor às suas práticas culturais, o que resulta em uma situação de extrema vulnerabilidade social e na conseqüente necessidade de uma ação do Estado em defesa dos seus direitos.

O processo de globalização traz significativas e profundas mudanças para todo o planeta, nesse processo agrava e perpetua lacunas e discrepâncias garantindo processos de marginalização que, ao longo do tempo, vão requerendo intervenções pontuais na busca pela superação dessas desigualdades. Determinadas populações são sobreviventes de um processo contínuo e cruel de desapropriação cultural, social e econômica.

2.2 Quilombos Palmarinos

No século XX, iniciam-se os movimentos em defesa da Comunidade Negra, o Quilombo de Palmares, foi uma referência histórica, entre todos os Quilombos formados no Período Colonial. Palmares foi o que mais se destacou, principalmente na segunda metade do século XVII, embora tenha surgido no final do século XVI. Sua formação se deu como os demais quilombos: formado por negros na maioria, que se opuseram ao trabalho forçado,

⁵Disponível em: http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2013/04/seppir-abre-chamada-publica-02-2013-com-enfoque-nas-comunidades-quilombolas.

sendo oriundo de fazendas das capitânicas da Bahia e Pernambuco, seu movimento foi bem organizado, se destacando e tornando símbolo da resistência de exploração do trabalho.

Sendo assim, foram formando os núcleos de povoamento, entre eles destacamos os principais: Subupira, Macaco e Zumbi. No decorrer dos anos, Palmares se tornou uma Confederação, que recebia e acolhia vários refugiados, tendo um crescimento expressivo nas décadas de 1630 até 1650.

Instalado na Serra da Barriga (atual Estado de Alagoas), chegou a ter cerca de 20.000 habitantes, mas tempos depois foram perseguidos e destruídos, quase em massa, pela expedição de Domingos Jorge Velho. Novos Quilombos surgiram e se sustentaram, porém em escala menor que de Palmares, apresentando um crescimento expressivo após o surgimento da Lei Áurea, onde muitos negros permaneceram em Quilombos, gerando uma descendência que se propaga até os dias de hoje.

Com o passar dos anos, mais comunidades foram se formando, muitos negros, não precisavam mais fugir e insurgir recebiam pequenos pedaços de terra de seus senhores, em troca da carta de alforria, ou em agradecimento aos vários anos de concessão do trabalho, ou até mesmo devido à decadência econômica, onde a terra já não era valorizada. Essas comunidades recebiam homens de vários locais, portanto sua identidade foi sendo moldada por meio natural, social, cultural nas vivências em grupos de trabalho, religião e outros.

O trabalho e a economia se organizavam de forma similar às demais comunidades de Mocambos: viviam do plantio, atividades agropastoris, criação de animais de pequeno porte, agricultura de subsistência, caça e pesca. Como toda comunidade tem um líder, em Palmares não foram diferente, eles eram norteados pelo Quilombo Zumbi, que é tido como herói, por resistir a diversas lutas em defesa do seu povo.

Após várias tentativas de opressão, o Governo de Pernambuco, por exaustão fez um acordo com Zumbi, o líder de Palmares em 1678, reconhecendo a liberdade de todos os negros nascidos no local e concedendo que eles utilizassem os terrenos na região norte de Alagoas para seu próprio plantio. Este termo não foi aceito por todos os Mocambos, alguns foram para o lado da liderança do Zumbi, não aceitando negociar com o governo e preferindo assumir mais uma situação de enfretamento e dando origem a novas lutas de resistência.

Em 1694, sob o mandado de Domingos Jorge Velho, as forças oficiais começaram a impor a desarticulação de Palmares, onde ocorreu a destruição da maioria dos integrantes de Palmares, mas ainda resistindo alguns homens que fugiram e se organizaram posteriormente para continuar lutando. No ano seguinte, foi denunciado por um dos integrantes do grupo, sendo que aproximadamente no dia 20 de novembro de 1695, o Zumbi foi morto e sua cabeça degolada pelos Bandeirantes. Ficou como um símbolo da resistência, por ter resistido à opressão até sua morte. Na data de sua morte comemora-se o dia da Consciência Negra no Brasil. A morte do Zumbi dos Palmares, simboliza a luta contra a escravidão. Zumbi, Figura 1, lutou até a morte contra trabalho escravizado, que veio ter o fim em 1888, com a abolição oficial da escravatura no Brasil, cerca de 193 anos após sua morte.



Figura 01- Foto do Zumbi de Palmares

Fonte: <http://verdadealagoas.com.br/2015/11/20/9969/>, acessado 26/02/2018.

A data da morte de Zumbi virou feriado, sendo uma comemoração determinada no Brasil, em que algumas instituições escolares, a partir de 2003, incluíram no calendário escolar nacional. Contudo, somente a Lei 12.519 de 2011 instituiu oficialmente o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Pressupomos que apesar de ter se tornado uma data comemorativa de caráter obrigatório nas escolas, à contextualização da consciência negra ainda passa despercebida por grande parte da sociedade, estamos longe da real consciência, frente a tantas diferenças raciais.

2.3 Enfrentamentos das comunidades quilombolas

Entre o grupo de desprivilegiados no Brasil, podemos citar: índios, deficientes, negros e os quilombos que na sua maioria são comunidades invisíveis, nas ações políticas e na sociedade como um todo. Fruto de um processo histórico de exploração de mão de obra, que até nos dias atuais se encontra oculto nas ações do poder público e na sociedade. De forma específica, O'Dwyer expõe:

O termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. A identidade desses grupos também não se define pelo tamanho e número de seus membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo. Neste sentido, constitui grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão (O'DWYER, 1995, p. 20).

Essas Comunidades quilombolas são marcadas, por vários enfrentamentos como: conflito com fazendeiros e antigos proprietários de terra, violência e brigas para demarcar território Mocambo, pouca escolaridade e baixo autoestima, ausência de conhecimento da legislação e de projetos do governo, falta de preparo e capacitação para desenvolvimento agrário, ausência de lideranças na comunidade, omissão da sociedade, enfim, são vários enfrentamentos e poucas perspectivas de geração de renda e acesso a uma vida digna.

2.4 Quilombos nas Minas Gerais

A ocupação nas Minas Gerais pelos Africanos se deu primeiramente pelas margens do Rio São Francisco e de seus afluentes, onde conseguiram encontrar um ambiente propício, para a inserção da comunidade, sendo: vasta floresta e água abundante para o plantio, e consequentemente garantindo a sobrevivência desse coletivo.

No início do século XVIII, no mesmo período que foi destruído o Quilombo de Palmares, deu início à exploração do ouro em Minas Gerais, quando descobriram as jazidas de ouro e diamante, o que fez o estado ser base geográfica e econômica do escravismo brasileiro.

Os Calhambos conseguiram viver harmonicamente com as tribos de índios que também escolherem este local como seu habitat, onde resistiram a várias tentativas de opressão, até que no ano de 1640, a Capitania da Bahia, enviou grupos armados para impedir o avanço das rebeliões, de índios e quilombos que estavam impedindo o Ascensão da

Colonização dos Portugueses no interior do país, como nas Minas Gerais, aonde sobraram poucos homens dessa comunidade.

A sociedade mineira foi fundada com embasamento cultural e econômico, graças a esse povo que muito contribuiu para a economia e cultura, vinculada a mineração, em destaque a exploração do ouro e a atividade agropastoril em toda Minas Gerais.

Com o passar dos anos, com o enfraquecimento da exploração do minério, os escravocratas foram perdendo o poder, onde gradativamente começou a surgir pequenas lacunas de liberdade, como: trabalhar para os fazendeiros e senhores durante a semana e nos finais de semana trabalhar por conta própria, na sua própria produção, permitindo assim o cultivo dos próprios alimentos de consumo, possibilitando melhorar a qualidade da alimentação de sua família, já que antes, lhe era destinado somente à sobra de alimentos.

Alguns escravizados por um sistema quando idosos era libertados pela lei sexagenário⁶, essa lei foi muito criticada posteriormente, porque devido às condições precárias que o negro era exposto durante a sua juventude, muitos não conseguiam chegar aos 60 anos, e alguns que conseguia alcançar a terceira idade, chegavam com o quadro de saúde muito debilitado. Este povo juntando com os alforriados e os fugitivos foram formando novos agrupamentos, dando início a novas vilas mineiras, tanto na área pastoril, nas mediações do Rio São Francisco e nas mediações do Rio Jequitinhonha, quando na exploração das minas, como São Gonçalo dos Rios das Pedras (Diamantina). Essas povoações foram sendo formadas por descendentes de vários Estados, formando uma cultura mestiça.

Essa expansão se deu também no meio urbano: circunvizinha de Ouro Preto, Contagem, Belo Horizonte e outras cidades polos, angariando mais espaço, propiciando a constituição de novos agrupamentos com o fim do sistema escravista, por toda Minas Gerais. Estes afrodescendentes atualmente reivindicam seus direitos constitucionais de serem remanescentes de quilombos/mocambos/calhados, tendo seus territórios regularizados, almejando uma vida digna, mediante a coletividade, pois, muitos “foram” e ainda “são” desconsiderados e esquecidos pela sociedade brasileira pulverizada em toda Minas Gerais, inclusive no entorno do IFMG, conforme indicado na figura II.

CIDADE	Nº DE COMUNIDADES POR CIDADE
AÇUCENA	1
ANGELÂNDIA	2
BELO ORIENTE	1
BERILO	15
CANTAGALO	1
CAPELINHA	1
CAPELINHA VEREDINHA	1
CAPELINHA E ANGELÊNDIA	1
COLUNA	2
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO	2
DIAMANTINA	3
DOM JOAQUIM	1
DORES DE GUANHÃES	3
FERROS	1
ITAMARANDIBA	3

⁶ A Lei dos Sexagenários, também conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe, foi promulgada em 28 de setembro de 1885. Essa lei concedia liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade. A lei beneficiou poucos escravos, pois eram raros os que atingiam esta idade, devido a vida sofrida que levavam.

MATERLÂNDIA	2
MINAS NOVAS	6
PAULISTAS	1
PEÇANHA	1
SABINÓPOLIS	7
SANTA MARIA DE ITABIRA	1
SENHORA DO PORTO	1
SERRO	6

Figura 02 - Municípios no entorno do IFMG-SJE, com comunidades Quilombolas reconhecidas pela CEDEFES.

Fonte: Fundação Cultural Palmares, Cedefes atualizada até a portaria nº 88/2019, no dia 13/05/2019, acesso 09/08/2019.

Ao longo dos anos, as comunidades de Mocambos, vão ganhando espaço e respeito, principalmente com a efetivação da legislação e com o próprio despertar da sociedade sobre os princípios de igualdade, ganhando força com ações de ONG, e em especial das instituições que se formaram ao longo dos anos, como é o caso da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais (CEDEFES), fundada em 2003, que veio fortalecer as lutas individuais e coletivas, buscando parcerias, inclusive para o desenvolvimento de projetos que permitam a expansão dessas comunidades, qualificando líderes, para atuar de forma proativa, além de contar com o trabalho voluntário de muitos parceiros que lutam a favor da igualdade.

2.5 Quilombos no Brasil e Comunidades Remanescentes

O Brasil tem buscado um resgate histórico através da valorização do negro e em especial das comunidades quilombolas, que hoje são chamados de “remanescentes” de antigos quilombos que se constituem em comunidades rurais formadas por descendentes de negros escravizados.

Este processo de valorização apesar de ser regulamentado na constituição, vem acontecendo de forma lenta. O Decreto 4.887 da Presidência da República de 20 de novembro de 2003 define Remanescentes de quilombos como sendo:

Art.2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto definição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental. (BRASIL, 2003)

Os remanescentes das comunidades quilombolas são definidos também como grupos étnico-raciais que tenham uma trajetória histórica própria, com antecedentes negros que

sofreram opressão, ou qualquer tipo de exploração, dotado de relações territoriais específicas, onde suas características etnorraciais, são estabelecidas de acordo com *locus* da comunidade.

Conforme levantamento feito pela Fundação Cultural Palmares, órgão do Ministério da Cultura, atualizado na portaria número 88/2019, publicada no DOU⁷ de 13 de maio de 2019, na qual temos um total de 3311 comunidades Remanescentes de Quilombos no Brasil (CRQ), sendo que nesse montante 2752 são comunidades certificadas; destaco o Estado de Minas Gerais com 392 comunidades que é o estado onde realizo minha pesquisa, temos ainda, o estado da Bahia com 801 comunidades, Mato Grosso com 787, Pará com 259 e as muitas outras comunidades, situadas nos 23 estados espalhados pelo Brasil. Conforme valida a figura 3.

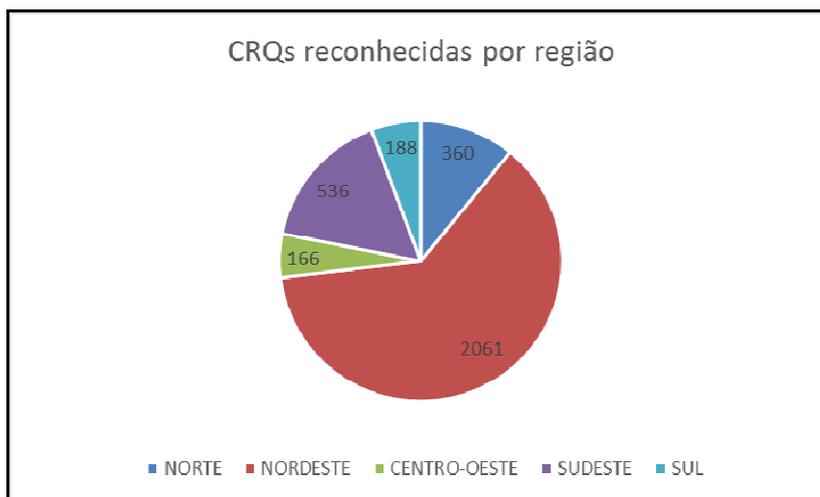


Figura 03- Comunidades Remanescentes Quilombolas por Região

Fonte: Fundação Palmares, atualizada até a portaria nº 88/2019, publicada no dou de 13/05/2019.

Os remanescentes de quilombos fazem parte do patrimônio cultural da nação (CF/88, art. 216). Retratam e preservam a cultura afro-brasileira, remanescente do povo africano que foi escravizado, portanto, deve ser protegido pelo Estado, de acordo com o art. 215, § 1º, da Constituição Federal, Brasil (1988), que estabelece que o Poder Público Brasileiro, deverá promover e proteger o patrimônio cultural, estabelecendo formas de preservação.

Muitos Calhambos, ainda não têm acesso à casa própria e/ou a terra, restando se instalar em terrenos vazios, nas proximidades da cidade, gerando um crescimento desordenado das atuais favelas (que hoje denominados de comunidades, aglomerados), sendo, que em setembro de 2014, essa população era de 22,3%, outros permaneceram nos seus antigos agrupamentos, na maioria com situações bem precárias, se refere a uma macha de 77,7%, no montante de em 5735 famílias cadastradas no CEDEFES. Houve um crescimento expressivo entre 2006 e 2007, mas que não se manteve nos anos seguintes, como demonstra a Figura 4.

⁷ DOU: Diário Oficial da União



Figura 04 - Territórios titulados de 1996 a 2013

Fonte: INCRA e Fundação Cultural Palmares Organização: Comitê Gestor do Programa Brasil Quilombola, Data de Referência: Dez, 2014.

A regulamentação das terras é de responsabilidade do INCRA⁸, que é o órgão do governo que regulamenta os procedimentos administrativos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por essa Comunidade dos Quilombos sem prejuízo da competência, concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Essas medições e demarcações de terra são consideradas critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos Quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental, que será analisada e processada. Este processo de territorialização e será apresentado detalhadamente em capítulo posterior.

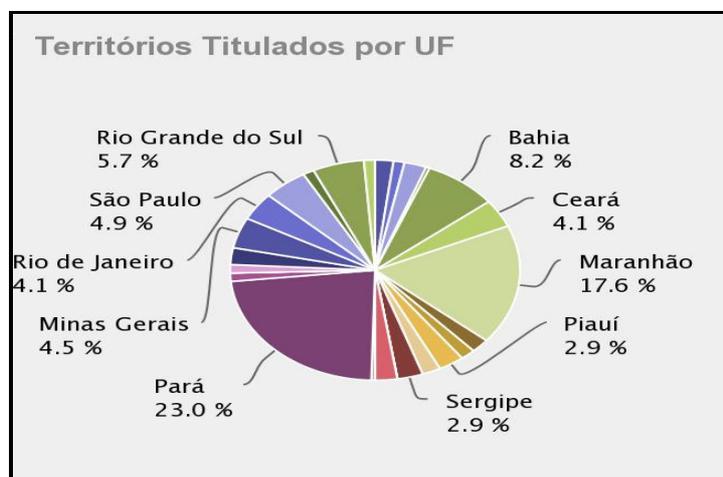


Figura 05- Territórios titulados por Unidade da Federação Brasileira dos Estados Brasileiros.

Fonte: INCRA e Fundação Cultural Palmares Organização: Comitê Gestor do Programa Brasil Quilombola, Data de Referência: Dez, 2014, acesso 13/02/2019.

Perante a população brasileira, os remanescentes são estritamente minoritários, desfalcados de recursos econômicos e políticos, sem mecanismos próprios para que se auto afirmarem. Nota-se um esforço político em se retratar desse público étnico racial, no entanto permanecendo a invisibilidade perante a maioria da população que desconhece o valor desse povo, desrespeitam seus hábitos e costumes.

⁸ INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, é uma autarquia federal da Administração Pública brasileira. Foi criado pelo decreto nº 1 110, de 9 de julho de 1970, com a

2.6 Legislação Específica para Quilombolas

O Decreto 4887 de 20 de novembro de 2003 regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

No dia 22 de agosto de 1988, foi criada pelo Governo Federal, a primeira instituição pública voltada para promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira: a Fundação Cultural Palmares (FCP), entidade vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), órgão responsável pela regulamentação e credenciamento de comunidades quilombolas até 2019.

Temos 988 comunidades espalhadas pelo território nacional, só em Minas Gerais temos 298 que já foram certificadas pela FCP, sem falar das 36 que estão aguardando Visita Técnica e das 178 que estão em análise. Uma das funções da Fundação Cultural Palmares é formalizar a existência destas comunidades, assessorá-las juridicamente e desenvolver projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania. De acordo com A CEDEFES 2013, os principais direitos da Comunidade Quilombola, no Brasil, apontados a seguir:

- Auto atribuição de sua identidade quilombola;
- Certificação de sua existência pela Fundação Cultural Palmares;
- Acesso as políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas e tradicionais;
- Ser consultada quando à elaboração de políticas públicas possam afetá-las;
- Receber proteção de poder público na defesa de seu patrimônio cultural e em sua integridade;
- Ter o registro do tombamento de seus bens históricos pelo Instituto Nacional de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- Reconhecimento efetivo da propriedade definitiva do território que ocupam;
- Receber do Estado o respectivo título de propriedade;
- Participar no processo administrativo de Titulação do território comunitário.

Para ter acesso aos direitos descrito acima, a comunidade primeiramente deverá deliberar a auto atribuição que é sua identidade quilombola, encaminhando logo em seguida para a Fundação Cultura Palmares, órgão do Governo Federal, pedindo a sua certificação. Após a certificação os demais direitos serão atribuídos às comunidades. Mas ao realizar uma reflexão sobre a efetivação desses direitos percebemos um vácuo, entre a legislação e a efetivação dos direitos, já se passaram 30 anos que a constituição foi estabelecida, e as ações propostas em 1988, peregrinam de forma lenta.

Enfim, com tudo que foi apresentado, como o propósito se a legislação está sendo atendida, como está ocorrendo esse cumprimento. Reunimos nos apêndices uma lista das principais referências legais em vigor sobre a regularização de territórios quilombolas.

2.7 Direito à Cultura Quilombola

A Constituição da República, nos Artigos 215 e 216 concebem os Mocambos o valor histórico e cultural e o direito de viver de acordo com suas crenças, manifestações, modo de viver cada cultura, desancando-se a Afro-brasileira. No que diz respeito aos quilombolas este direito fica garantido no § 5º do artigo 216: “ficam tombados todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.” Assegurando assim que qualquer referência quilombola existente no Brasil, não pode ser destruído ou alterado,

cabendo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁹, cobrar a preservação do patrimônio cultural, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 216, define o patrimônio cultural como formas de expressão, modos de criar, fazer e viver. Também são assim reconhecidas as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e, ainda, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Nos artigos 215 e 216, a Constituição reconhece a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, além de estabelecer as formas de preservação desse patrimônio: o registro, o inventário e o tombamento. Mas novamente, nos deparamos, com a falta da efetivação da legislação, conforme citado nas pesquisas do CEDEFES (2013, p. 18) que afirma: “A pouca eficácia da nossa constituição na questão quilombola já começa por aqui”.

No Apêndice A apresentamos as principais referências legais sobre a regularização de territórios quilombolas.

⁹ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

O Iphan também responde pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista o Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, conforme convenções da Unesco, respectivamente, a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 e a Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003.

3 O ATUAL CENÁRIO EDUCACIONAL

A Educação Brasileira foi marcada por diversos avanços e retrocessos e diante da globalização a Educação é vista como um dos maiores instrumentos usados no mundo frente a diversos enfrentamentos. Por meio dos gráficos exibidos, avista-se o investimento feito na Educação, pela Fundeb¹⁰, Fundep¹¹ e outros orçamentos da União em destaque no intervalo de 2008 até 2014, o que gerou aumento nas nossas riquezas nacionais, indicando uma tendência de melhora de vida dos brasileiros, refletindo diretamente na sua educação. Nesse sentido, a Educação Quilombola também vem progredindo e ganhando destaques nos últimos anos.

3.1 O currículo como agente regulador do sistema educativo.

A única arma para melhorar o planeta é a Educação com ética. Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da pele, por sua origem, ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.”
NELSON MANDELA

Ao contextualizar a Educação formal, temos que pensar no currículo que foi construído como modelo para atender os anseios de um determinado mercado. O currículo é uma determinação da ação e da prática, “assim como são as valorizações sobre o que é cultura apropriada” (GIMENO SACRISTÁN, 1998, p. 48). Para entender um pouco sobre currículo na atualidade, podemos comparar o currículo, como uma lista de supermercado, sendo que a lista de supermercado aponta tudo que pretendemos comprar, e o currículo aponta tudo que pretendemos ensinar em determinado período, devendo constar a lista de como e quando ensinar, servindo como instrumento nortear de nossas ações. Como descreve Gimeno Sacristán (2000) sobre currículo: que se observe sua problemática a partir da reflexão sobre: que objetivo se pretende atingir, o que ensinar, porque ensinar, para quem são os objetivos, quem possui o melhor acesso às formas legítimas de conhecimento, que processos incidem e modificam as decisões até que se chegue à prática, como se transmite a cultura escolar, como os conteúdos podem ser inter-relacionados, com quais recursos/materiais metodológicos, como organizar os grupos de trabalho, o tempo e o espaço, como saber o sucesso ou não e as consequências sobre esse sucesso da avaliação dominante, e de que maneira é possível modificar a prática escolar relacionada aos temas.

¹⁰ FUNDEB : O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1998 a 2006.

¹¹ FUNDEP: A Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep) é uma entidade de direito privado que, desde 1975, presta serviços à sociedade na gestão de recursos de projetos de interesse público ou coletivo e apoia a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

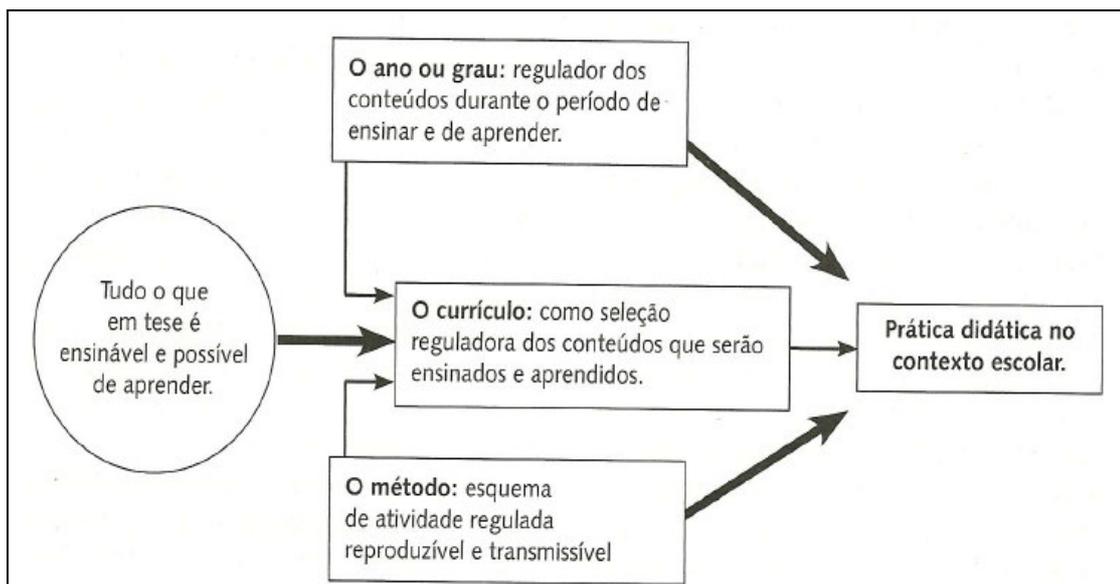


Figura 06- Poder Regulador do Currículo, junto com outras invenções.

Fonte: Gimeno Sacristán (2000) Saberes e Incertezas sobre o Currículo – Cap.1, acessado 05/04/2018.

O currículo apesar de anos de aplicabilidade, ainda recebe várias críticas, mesmo após suas reformulações, porque muitos usam este padrão, para definir sucesso ou fracasso do aluno, fazendo uma análise verticalizada do nível de aprendizado, julgando o sujeito como apto ou não apto para dar sequência, de acordo com as regras e normas impostas, tornando-se poder regulador de conteúdos e práticas. Fortalecendo o conceito de cruzar o currículo com a realidade, sendo necessário que o professor conheça as respectivas tradições. Sendo assim Gimeno Sacristan, pronuncia que:

Entre a cultura mais elaborada, existe a recepção do saber (pelos especialistas) existe a recepção do saber (pelos estudantes), existe agente cultural dos mediadores, como os professores, os livros didáticos e os demais materiais didáticos [...] a qualidade do conteúdo que se torna realidade é um processo de jogos se perspectivas entre a qualidade cultural e a pedagógica dos professores e dos textos e dos demais materiais como fonte de informação (GIMENO SACRISTAN, 2013 p. 22).

É notório que o currículo em pleno século XXI, precisa ser reformulado, principalmente diante da globalização. O docente deve trabalhar o conteúdo curricular em sala, mas ao mesmo tempo, buscar explicar, correlacionar com as vivências do dia a dia, dando sentido ao conteúdo; buscando levando em consideração o que é importante para o indivíduo e para a comunidade. Dessa forma, faz com que não seja uma simples e mera transmissão de conhecimento e sim uma construção de saberes. Consequentemente este conhecimento, será instrumento de mudança para o povo o qual é destinado.

3.2 Desafios da Educação Quilombola no Brasil

“A educação é o grande motor do desenvolvimento pessoal. É através dela que a filha de um camponês pode se tornar uma médica, que o filho de um mineiro pode se tornar o diretor da mina, que uma criança de peões de fazenda pode se tornar o presidente de um país.”
“A educação é a mais poderosa arma pela qual se pode mudar o mundo.”



NELSON MANDELA

Analistas da Educação do negro, dentre eles Fonseca (2002) e Cunha (1999), registram que, nos fins do século XIX, se esboçaram os primeiros movimentos pela inclusão educacional da raça negra, no entanto, estas primeiras iniciativas não passaram de intenção. Os movimentos políticos que existiram não foram pensados visualizando a inserção do negro na sociedade livre, cujo processo estava em curso, como afirma Fonseca (2002, p.183) “no centro das práticas educativas foram colocados elementos que, ao longo da escravidão, haviam sido permanentemente acionados como estratégias de dominação sobre os negros: o trabalho e a religiosidade”.

Nos dias atuais, a legislação referente à Educação para Quilombos, não é muito diferente do ensino formal, porém direciona algumas ações. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, na Educação Básica, define que a Educação Escolar Quilombola, requer pedagogia própria, respeito à especificidade étnico-racial e cultural de cada comunidade, formação específica de seu quadro docente, materiais didáticos e paradidáticos específicos, devendo observar os Princípios Constitucionais, a Base Nacional Comum, e os Princípios que orientam a Educação Básica Brasileira. O Ensino deverá ser ofertado em Escolas Quilombolas e nas Escolas que recebem alunos Calhambos fora de suas comunidades de origem, devendo acolher o estudante dentro das suas especificidades. No povoado de São Felix, temos uma Escola Municipal, conforme demonstra figura 07.



Figura 07- Escola Municipal São Felix.

Fonte: Arquivo pessoal,2018

As discussões sobre a Educação Quilombola no Brasil vêm ganhando força nos últimos anos, destacando-se no campo político e acadêmico principalmente partir de 2010. É sabido que a aquisição de conhecimento é um direito humano, e o acesso a Educação é dever do Estado e da família, como traz a constituição (1888, p. 01) nos artigos 205 e 206:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Nova redação dada pela EC 53/06).

Outro marco fundamental para essa modalidade de ensino foi o estabelecimento da Resolução número 8, de 20 de novembro de 2012, CNE 08/2012 a qual definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação. No artigo I, organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se:

- a) da memória coletiva;
- b) das línguas remanescentes;
- c) dos marcos civilizatórios;
- d) das práticas culturais;
- e) das tecnologias e formas de produção do trabalho;
- f) dos acervos e repertórios orais;
- g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país;
- h) da territorialidade (BRASIL, 2012, p.2).

A maioria das comunidades de Mocambos, que são contempladas com Escolas locais, trabalha somente com séries iniciais, sendo que, na Educação Básica seria satisfatório a continuidade dentro do quilombo, de forma a capacitar os alunos, fornecendo subsídios para que eles tenham condições de dar seguimento aos estudos, já que este tipo de educação reflete diretamente na formação dos estudantes, os quais pretendem conquistar uma vaga nas Escolas Públicas. A educação quilombola, ainda é muito lenta no Brasil, Em se tratando da Educação para Calhambos, Santana nos fala que:

Educação Quilombola é aquela ‘original’, marcada pela liberdade de ser de um povo. E aqui o conceito de “Educação” adquirirá um sentido mais amplo e complexo, uma vez que ela abriga sentidos subjetivos e marcantes para os indivíduos envolvidos na relação, contribuindo assim para a ampliação da cidadania de um povo (SANTANA, 2005, p.121).

O nível de escolaridade dos Quilombolas é um desafio muito grande. É preocupante quando se lê a figura 08 de escolaridade entre os quilombolas com idade igual ou acima dos 15 anos jovens e adultos. Dos quase 35 mil somente 760 chegam até a universidade. Na presença, desse cenário, algumas Universidades estão despertando a atenção em realizar um processo seletivo direcionado para Indígenas e Quilombos, como: Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Universidade Federal do Oeste do Para (UFOPA), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) entre outras instituições que estão despertando o olhar para esse público, que ficou esquecido por muitas na sociedade, até nos dias de hoje.

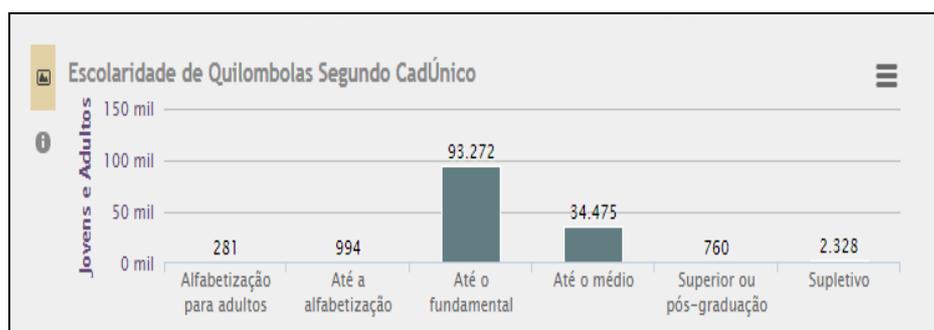


Figura 08- Escolaridade de Quilombolas Segundo CadÚnico.

Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais (Ministério do Desenvolvimento Social Combate à Fome) Data de Referência: Set, 2014, acesso setembro 2018.

Em síntese, estes e outros enfrentamentos são impostos pela falta de oportunidade, repercutindo diretamente na educação de um povo. Como mencionado por FERREIRA, CATILHO:

“É neste sentido, que a Escola deve buscar dialogar com a Educação Quilombola, diminuindo este distanciamento entre estas duas instâncias da sociedade, possibilitando o surgimento de uma nova proposta de ensino, que reflita em resultados positivos. A partir deste diálogo, entre a instituição e comunidade quilombola, oportuniza traçar novos caminhos, novas estruturas pedagógicas diferenciadas, na busca de sua autoafirmação. Pois é a partir da escola na e para as comunidades que se começam a discussão da inserção dos quilombos no cenário político, socioeconômico, antropológico, jurídico, cultural e espacial”. (FERREIRA, CASTILHO, 2014, pág.17).

Diante do exposto não podemos deixar de falar sobre o sistema de cotas raciais de ação afirmativa, aplicados em alguns países, em destaque Estados Unidos. Proposta abraçada pelo Brasil e outros países que também aderiram esse sistema. Veio com a intenção, de diminuir as disparidades econômicas, educacional, sociais, e de combater a herança escravista do século XIX, reforçando o objetivo de corrigir injustiças históricas. Um dos efeitos desse passado escravocrata é o fato de negros e índios terem menos oportunidades de acesso à educação superior e, conseqüentemente ao mercado de trabalho.

“A educação é o grande motor do desenvolvimento pessoal. É através dela que a filha de um camponês pode se tornar uma médica, que o filho de um mineiro pode se tornar o diretor da mina, que uma criança de peões de fazenda pode se tornar o presidente de um país.”

“A educação é a mais poderosa arma pela qual se pode mudar o mundo.”



NELSON MANDELA

3.3 Formação de professores e Currículo em Educação Quilombola

A formação e capacitação específica de professores, para trabalharem em comunidades quilombolas, certamente carecem de investimento por parte dos órgãos de gestão público e privado, e também da intenção do docente em buscar conhecer a legislação, modificando estratégias didáticas pedagógicas para trabalhar os conteúdos em sala. Além de estudos que

envolva o saber dessa comunidade, promover o diálogo com todo espaço escolar, envolvendo ações multidisciplinares, buscando elaborar uma proposta pedagógica, que promova a conscientização. CARRIL apresenta que:

Quanto à formação docente, existem 13.196 funções docentes na educação básica em áreas quilombolas, indicando a concentração de 63,4% no Nordeste; em geral, pouco mais de 50% dos professores que atuam nessa modalidade, no país, têm vínculo efetivo. Dos professores, 48,3% apresentam o nível superior, mas há ainda uma quantidade considerável que leciona apenas com ensino fundamental, médio e até com o fundamental incompleto. Nesse sentido, percebe-se a insuficiência da formação dos professores na área rural, onde estão mais de 90% dos estabelecimentos escolares quilombolas e 78,8% dessas matrículas, o que remete a processos mais longos de escolarização e enraizamento dos afrodescendentes (CARRIL, 2017, p. 554).

Uma proposta de estratégia didático pedagógica para o docente trabalhar a Educação Quilombola, que traremos é a experiência educacional que se baseia na pedagogia narrativa de contos, com base na cultura de sujeitos mocambos, reportando-se a memória, a história de vida, de lutas e sobrevivência. Usando a metodologia da história oral, que facilita-se o debate sobre o fenômeno, enriquecido com os conhecimentos e acontecimentos dos dias atuais e transformado em narrativas das comunidades.

Segundo Moreira e Candau (2003), não há educação que não esteja imersa na cultura da humanidade e, particularmente, do momento histórico em que se situa. A educação informal, nessas comunidades se dá tradicionalmente pela convivência e por meio da observação dos mais velhos. Nessa perspectiva, a tradição oral é um dos meios de transmissão do conhecimento, o que justifica a necessidade de falar mais sobre essa temática e buscar realizar o registro documental desse conhecimento, para que com o passar do tempo, com a morte dos mais velhos não se percam esses saberes.

Partindo dessa ideia, abre-se espaço para trabalhar outras disciplinas e conteúdos, como: português, redação, história, Interpretação e outros de acordo com o enredo. Demais disciplinas como de ciências, biologia, geografia, também deve buscar elencar seu conteúdo com o local onde os alunos estão inseridos. Segundo Gimeno Sacristán (2000) não se pode separar o currículo escolar tampouco esta das condições em que as mesmas se encontram.

Em comunidades quilombolas, é frequente a ausência de conhecimento da história e da geografia do seu povo e de suas origens, o que impede inclusive a valorização e propagação daquela tradição. Essa necessidade de se discutir sobre a cultura local, se fortalece quando abordamos a Lei 10.639/03, que versa sobre o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e africana, ressaltando a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira.

No passado recente, era comum nas aulas de história citar o negro no contexto da escravidão. Na nova conjuntura a intenção é quebrar o significado pejorativo e discriminatório, provocando uma reflexão, ressaltando a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira, na qual os negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando-se, portanto, o pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros brasileiros, a cultura (música, culinária, dança) e as religiões de matrizes africanas.

Os materiais didáticos tradicionais trazem a imagem do negro de forma estereotipada, exigindo do docente uma dinâmica criteriosa, evitando que seja mal interpretada e contribua ainda mais para fortalecer o preconceito e o racismo, já que na sua maioria traz a imagem do negro com rememoração ao período de exploração de mão de obra escravizada. O ideal é que o docente fortaleça sempre os pontos positivos, firmando a contribuição que recebemos desse povo, fortalecendo e destacando a presença do discente negro e/ou quilombola em sala de

aula, quando for o caso, abrindo espaço inclusive para conhecer a história de vida dos sujeitos (identidade) e seus descendentes na sala por seus pares.

Ao falar em Educação Quilombola não podemos deixar de citar a Lei 10.639/03 e o dia que se comemora a Consciência Negra Nacional (20 de novembro), em homenagem ao dia da morte do líder Quilombola negro Zumbi dos Palmares, como podemos observar na figura 09 e foi teve uma abordagem mais aprofundada no capítulo dois (2. 2 Quilombos Palmarinos).



Figura 09- Imagens de comemoração ao dia da Consciência Negra

Fonte: <https://www.resumoescolar.com.br/historia-do-brasil/resumo-do-dia-da-consciencia-negra/> e <http://pontalemfoco.com.br/destaque-noticias/dia-da-consciencia-negra-comercio-de-ituiutaba-funcionara-normal/>

O propósito de se conceber o Dia da Consciência Negra é promover a reflexão e a discussão a respeito da inserção da população negra na sociedade brasileira, valorizando os diversos aspectos sociais, políticos e culturais do Brasil, que puderam se desenvolver com a colaboração dos negros, no entanto, eles ainda enfrentam muitos problemas, como a discriminação e até a falta de oportunidades. Nos dias de hoje as escolas, universidades, e de mais espaços destinados à cultura e outros locais públicos, comemoram essa data, como uma valorização de tudo o que os negros fizeram pelo Brasil, e também como uma forma de relembrar que o país ainda precisa caminhar muito para ter uma sociedade que seja verdadeiramente equitativa.

Em São Felix as comemorações da Consciência Negra começaram no ano de 2014 e vem se mantendo até no ano de 2018, onde o temos como principal parceiro a Igreja Católica e o Instituto Federal de Minas Gerais- *Campus* São João Evangelista. Temos a preocupação de trazer a comunidade para nosso Instituto e levar o Instituto até a Comunidade, através de ciclo de diálogo, debates e apresentações culturais, que possam contribuir para fortalecer os valores desse povoado, conforme figura 10.



Figura 10 – Comemoração do Dia da Consciência Negra 2018

Fonte: Arquivo pessoal da autora/2019

É sábio que a escola é um espaço aberto para conhecimento, portanto é necessário fazer uma reflexão sobre o impacto que estes homens negros, trouxeram para a evolução brasileira, seu trabalho e sua cultura exerceu grande influência na política, religião, em toda a sociedade de forma geral.

Os estudos de Castilho (2008), Santana (2005), Senra (2009) e Silva (2005) citam o importante papel do Movimento Negro frente os avanços da Educação Escolar para as comunidades quilombolas, que se configura de forma específica em cada estado brasileiro. Oliveira (2009) e Santos (2007) discutem esta relação de forma mais intensa, enfatizando a necessidade de uma maior participação deste movimento na definição da política de educação quilombola.

Para que a professor exerça sua profissão de educador, é importante conhecer o ambiente em que os estudantes estão inseridos, Resolução de nº 8 de 20 de novembro de 2012, o Artigo 8º, cita que os princípios da Educação Escolar Quilombola deverão ser garantidos por meio das seguintes ações:

- I - construção de escolas públicas em territórios quilombolas, por parte do poder público, sem prejuízo da ação de ONG e outras instituições comunitárias;
- II - adequação da estrutura física das escolas ao contexto quilombola, considerando os aspectos ambientais, econômicos e socioeducacionais de cada quilombo;
- III - garantia de condições de acessibilidade nas escolas;
- IV - presença preferencial de professores e gestores quilombolas nas escolas quilombolas e nas escolas que recebem estudantes oriundos de territórios quilombolas;
- V - garantia de formação inicial e continuada para os docentes para atuação na Educação Escolar Quilombola;
- VI - garantia do protagonismo dos estudantes quilombolas nos processos político-pedagógicos em todas as etapas e modalidades;
- VII - implementação de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado de modo a articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas;
- VIII - implementação de um projeto político-pedagógico que considere as especificidades históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e identitárias das comunidades quilombolas;
- IX - efetivação da gestão democrática da escola com a participação das comunidades quilombolas e suas lideranças;
- X - garantia de alimentação escolar voltada para as especificidades socioculturais das comunidades quilombolas;
- XI - inserção da realidade quilombola em todo o material didático e de apoio pedagógico produzido em articulação com a comunidade, sistemas de ensino e instituições de Educação Superior;

XII - garantia do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº 9394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e na Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº3/2004;

XIII - efetivação de uma educação escolar voltada para o etnodesenvolvimento e para o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas;

XIV - realização de processo educativo escolar que respeite as tradições e o patrimônio cultural dos povos quilombolas;

XV - garantia da participação dos quilombolas por meio de suas representações próprias em todos os órgãos e espaços deliberativos, consultivos e de monitoramento da política pública e demais temas de seu interesse imediato, conforme reza a Convenção 169 da OIT;

XVI - articulação da Educação Escolar Quilombola com as demais políticas públicas relacionadas aos direitos dos povos e comunidades tradicionais nas diferentes esferas de governo (BRASIL, 2012,p.6).

Na presença de tantos desafios, ambicionamos por um currículo que de fato esteja voltado para tamanha diversidade encontrada no ambiente escolar, já que o currículo é um processo social, tem que englobar todos os conflitos do dia a dia. “O currículo se expressa em usos práticos, que, além disso, tem outros determinantes e uma história” (GIMENO SACRISTÁN, 2000, p. 202).

O currículo deve ser elaborado e adaptado de acordo com a realidade local, buscando investigar sempre os valores e interesses da comunidade, definindo os projetos políticos pedagógicos baseados nessa inserção, reforçando ainda mais o desejo de investigar, como está sendo efetivado na Educação Formal no contexto da Comunidade São Felix, que e o local onde está sendo realizada essa pesquisa. Levando em consideração a Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012, Artigo 32 estabelece que o Projeto Político-Pedagógico da Educação Escolar Quilombola deverá estar intrinsecamente relacionado com a realidade histórica, regional, política, sociocultural e econômica das comunidades quilombolas.

Desse modo, o currículo deve ser planejado levando como base a diversidade cultural, como exibido na Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012, que Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

Art.34 o currículo da Educação Escolar Quilombola diz respeito aos modos de organização dos tempos e espaços escolares de suas atividades pedagógicas, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presentes no fazer educativo e nas formas de conceber e construir conhecimentos escolares, constituindo parte importante dos processos sociopolíticos e culturais de construção de identidades. §1º Os currículos da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola devem ser construídos a partir de valores e interesses das comunidades quilombolas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola, definindo nos projetos político-pedagógicos (BRASIL, 2012, p. 34).

A construção do Projeto Político-Pedagógico deverá pautar-se na realização de diagnóstico da realidade da comunidade quilombola e seu entorno, num processo dialógico que envolva as pessoas da comunidade, as lideranças e as diversas organizações existentes no território. Nessa vertente os teóricos ressaltam que:

O currículo é, como muitas outras, uma prática de atribuir significados, um discurso que constrói sentidos. Ele é, portanto, uma prática cultural [...] Não estamos tratando a cultura como objeto de ensino nem apenas como a produção cotidiana de nossas vidas. Estamos operando como uma compreensão mais ampla de cultura como aquilo mesmo que permite significação (LOPES e MACEDO, 2011, p. 203).

Logo, a escola, para desenvolver um currículo, e conseqüentemente o projeto pedagógico que atenda as necessidades específicas apresentadas pelas comunidades quilombolas, precisa manter uma comunicação efetiva com todos os sujeitos envolvidos na educação, realizando uma interface entre os saberes da comunidade com as práticas educativas, fazendo valer a flexibilidade na organização curricular, no que se refere à articulação entre a base nacional comum e a parte diversificada, a fim de garantir a indissociabilidade entre o conhecimento escolar e os conhecimentos tradicionais produzidos pelo seu povo.

“Temos o direito de ser iguais sempre que as diferenças nos inferiorizem, temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracterize”.

Boaventura Santos (1997)

4 A COMUNIDADE E A ESCOLA MUNICIPAL SÃO FELIX

Neste capítulo expomos um pouco da Comunidade São Felix, descrevendo seus costumes, dificuldades e enfrentamentos, dando ênfase a Educação, na Escola Municipal São Felix, de como está sendo trabalhando a Educação Formal frente cultura e os costumes do seu povo. Detalharemos os processos metodológicos e a análise dos questionários realizados durante nossa pesquisa.

4.1 Um pouco sobre Comunidade São Felix

A comunidade, lugar deste estudo, localiza-se no Município de Cantagalo, situado na Região Centro Nordeste de Minas Gerais, situado a 614 metros de altitude. Cantagalo conta com uma população estimada de 4.190 habitantes, de acordo com dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010. Com uma área de 141,9 km², densidade demográfica é de 29,5 habitantes por km² no território do Município.

A cidade de Cantagalo faz divisa com os Municípios de Peçanha, São Pedro do Suaçuí e São João Evangelista, cidade onde se situa o Instituto Federal de Minas Gerais-IFMG, *Campus* São João Evangelista, e está a 43 km ao Norte-Leste de Guanhães a maior cidade da microrregião, conhecida como polo, por atender as demandas no que se referem a serviços especializados as nas áreas de: saúde, educação, comércio e serviços bancários.

A comunidade São Felix, no ano de 2012, deu entrada no INCRA, solicitando o Reconhecimento de Território da Comunidade São Felix, conforme anexo E, na página 114, porém até a presente data não se teve parecer.

A Fazenda São Felix, apresentada na figura 12, é o local da comunidade mais antiga remanescente, posterior ao século XIX, por antepassados dos moradores da comunidade.



Figura 12 - Foto da Antiga Fazenda São Felix – 2007

Fonte: Arquivo Pessoal da autora Agosto de 2017

A fachada da casa continua a mesma, porém, mais degradada, necessitando urgentemente de manutenção, conforme demonstrado na figura 13.



Figura 13 - Foto da frente da antiga fazenda São Felix- 2019

Fonte: Arquivo pessoal da autora - março de 2019

Essa antiga construção está se degradando com o tempo, mesmo tendo passado nos últimos meses por uma pequena reforma, mas o atual proprietário não se preocupou em manter os traços da construção antiga. Este monumento histórico que hoje se encontra em péssimo estado de conservação como vemos na figura 14 é um patrimônio que não é tombado, mas é muito respeitado pela comunidade.



Figura 14- Parte dos fundos da Casa da Fazenda São Felix

Fonte: Arquivo Pessoal da autora – março de 2019

Se ninguém olhar para essa estrutura física possivelmente deixará de existir em poucos anos. Seria uma perda enorme para a comunidade e seu vilarejo, uma vez que a casa da fazenda faz parte da memória da comunidade, já que muitos moradores do vilarejo relataram que têm parentes que trabalharam na fazenda com exploração de mão de obra.

Ouvimos vários relatos de tristeza profunda, ao ver uma história sendo destruídos junto com sua memória, principalmente os mais velhos que acompanharam essas mudanças. Constatamos que não existe registro documental dessa história até o ano de 2019, o que consideramos uma perda muito grande para a comunidade e para sociedade de forma geral, já que os valores culturais estão se perdendo com o passar do tempo.

Esta falta de registro vai à contramão do que se discute hoje sobre a importância das escolas trabalharem registros e preservação dos saberes das comunidades, entre elas os quilombolas, preservando sua tradição e suas práticas centenárias.

4.2 Acesso à comunidade

O acesso para chegar à comunidade, se dá pela MG 314 entre São João Evangelista e Cantagalo, próximo à conhecida fazenda do Jatobá, percorrendo uma estrada de terra de aproximadamente quatro quilômetros, da BR 314 até o vilarejo. O acesso é difícil, rodeado por matas e serras que são denominadas matriarcas pelos mocambos ali residentes, recebendo nomes de mães (antigas escravas do povoado). Destacamos em especial a serra conhecida como “Mãe Velha” que hoje se encontra praticamente toda desmatada para dar espaço ao plantio de eucalipto, como podemos observar na figura 15.



Figura 15 – Área desmatada para dar espaço ao plantio Eucalipto

Fonte: Arquivo Pessoal da autora/2019

Há alguns anos atrás essas terras eram banhadas por um ribeirão com grande volume de água, capaz de tocar vários moinhos, que funcionavam como fonte de comercialização na comunidade. Por intermédio desse ribeirão fazia-se, plantio do milho. No mesmo local fazia-se a produção de produtos que eram comercializados na comunidade como: canjica, canjiquinha, fubá, farinha, farelo e outros. “Dona Sinhá”, que nos dias atuais é considerada uma das moradoras mais respeitadas pela idade e pelo seu conhecimento, foi entrevistada por pesquisadores do IFMG, no ano de 2016, onde falou claramente sobre o volume de água ter diminuiu muito no decorrer dos anos.

[...]

P.: A senhora tinha moinho aqui, D. Sinhá?

D. Sinhá: Oi?

PD. Sinhá: Tinha moinho.

P.: Tinha?

D. Sinhá: Nosso moinho acho que é... Diz o povo que era o melhor moinho que tinha por aqui.

P.: É?

D. Sinhá: E tinha muito moinho, né? Tinha muito moinho por aqui.

P.: Alguns... Quantos mais ou menos?

D. Sinhá: Tinha uns dez moinho por aqui. [...] Essa pedra... (Aponta para uma pedra de moinho próxima a ela) É... Ela moía meio arqueir... Meio arqueir de mio pra fubá por dia ou por noite. E prá canjica era três quartas.

[...]

P.: Então a quantidade que... Que moía dependia do tamanho da pedra? Quanto mais...

D. Sinhá: Não. Não é o tamanho naum. Inté tinha pedra... Pedra mais pequena de que essa por aqui e muía muito. É o tanto da água.

P.: É a quantidade da água que...
D. Sinhá: É o tan da água e o comprimento tamém do... Do... Do Rego que usava que trazia a água, né?
P.: Anh...
D. Sinhá: Quanto mais longe é a tirada da água. Mais é melhor pro munhomuê.
P.: Tinha mais caída da água?
D. Sinhá: É... Tinha mais. A água chegava com mais força.
[...]:A senhora tinha moinho? (NASCIMENTO, CARVALHO, CARVALHO, 2014 p 208).

Os moradores usam como ponto de referência, para chegar à comunidade uma árvore de Jatobá, existente no encontro da BR com a estrada de terra, conforme apontado na figura 16. O uso de árvores como pontos de referência é comum em vários povoados quilombolas. Em, São Felix a árvore escolhida é o Jatobá, árvore frutífera, que recebe o nome Científico: *Hymenaea courbaril*, conhecido popularmente como: jatobá, jataí, jataí-amarelo, jataí-peba, jitaí, farinheira, imbiúva, de Sinonímia Botânica: *Hymenaea stilbocarpa* Hayneda Família: Leguminosae–Caesalpinoideae.



Figura 16- Marco do acesso a comunidade Quilombola São Felix
Fonte: Arquivo Pessoal da autora, 2019

Para se chegar a Escola Municipal da Comunidade São Felix, temos que percorrer o trecho de aproximadamente quatro quilômetros de estrada de terra, partido do ponto de referência na rodovia demonstrado na figura 17. Algumas famílias residem em locais mais afastados, que não tem estrada de acesso a carro, são somente trilhas nos arredores das matas e montanhas, exibido nas imagens a seguir.



Figura 17- Percurso para acesso à Escola Municipal São Felix

Fonte: Arquivo Pessoal da autora/2019

Ainda sobre a dificuldade de acesso, vários pais dos estudantes da comunidade São Felix, relataram que escola no qual os filhos precisam frequentar para dar continuidade ao ensino é muito distante, os alunos têm que acordar muito cedo. Em dias de chuva intensa as estradas são ainda piores, por serem de terra, sem calçamento. Em dias de chuva os estudantes, têm que andar quatro quilômetros para chegar ao asfalto às 6 h da manhã para conseguirem ir de ônibus até a cidade de Cantagalo.

Ao indagar aos pais ou responsáveis, se os jovens da comunidade ao concluírem o ensino fundamental na Escola São Felix, estão dando continuidade nos estudos, caso sua resposta fosse não, pedimos para justificar, com isso encontramos as respostas apresentadas na figura 18.

Notou-se nos relatos dos pais, e dos alunos a ausência de proposta pedagógica inclusiva nas escolas da cidade, que discuta a pluralidade cultural, visando trabalhar o estereótipo e outras dificuldades do dia a dia, deixando transparecer um sentimento de exclusão, em conformidade com as respostas apuradas abaixo:

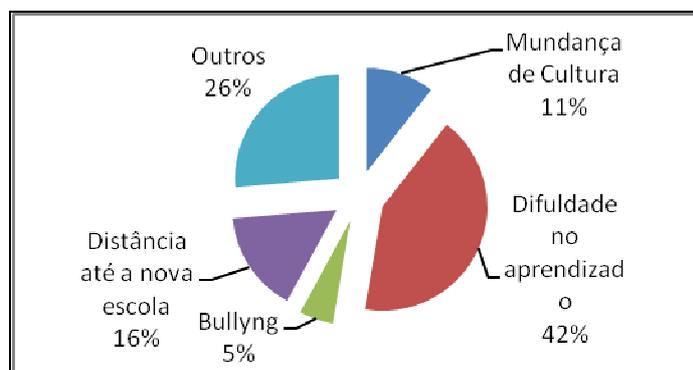


Figura 18 - Continuidade nos estudos dos jovens na Comunidade

Fonte: autora, 2019

Ao entrevistar os estudantes recebemos as seguintes respostas:

Aluno A: Acho que eles não gostam da gente;

Aluno B: Algumas crianças ficam rindo de nós; a professora não fala nada;

Aluno C: Eles me chamam de neguinho;

Aluno D: Eu não apreendo com eles;

Aluno E: Se esforça pouco;

Aluno F: Acordam 5 horas da manhã, para ir escola;

Aluno G: Vergonha

Ao entrevistar os pais e responsáveis dos estudantes, obtivemos as respostas:

Responsável A: Preguiça;

Responsável B: Alguns não conseguem conciliar com trabalho, ai vai e larga os estudos;

Responsável C: Não apreendeu a matéria aqui, e não consegue dar continuidade; o celular não deixa estudar, aqui todo mundo tem celular;

Responsável D: Não queria estudar mais, porque é muito calado, porque anda muito;

Responsável E: Preguiça;

Responsável F: Não consegue acompanhar os estudos;

Responsável G: Esmorecimento com a escola; estrada é muito longe; preguiça;

Responsável H: As crianças tem muito medo, matérias difíceis;

Responsável I: É mais preguiça e falta de vontade;

Ao ver a figura 18, acrescido dos relatos dos pais e alunos apresentou, vimos que são muitas as dificuldades, mas não é específico da Comunidade São Felix e sim das comunidades quilombolas espalhadas pelo país. Para tentar minimizar um pouco a educação em escolas quilombolas. A legislação, no seu Artigo 10 afirma que a organização da Educação Escolar Quilombola, em cada etapa da Educação Básica, poderá assumir variadas formas, de acordo com o Artigo 23 da LDB, tais como:

I - séries anuais;

II - períodos semestrais;

III - ciclos;

IV - alternância regular de períodos de estudos com tempos e espaços específicos;

V - grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (BRASIL, 1996, p.17).

O acesso geográfico da maioria das comunidades quilombolas é difícil, até mesmo porque quando os Mocambos escolhiam este local, objetivavam ficar escondidos da repressão

da sociedade existente na época. Na comunidade São Felix, o meio de transporte mais usado é moto, bicicleta e a pé, sendo que carro e ônibus escolar conseguem chegar até a área central do vilarejo, exceto nos dias que ocorre chuvas excessivas, onde os estudantes que cursam a partir da 6^o série precisam se deslocar até a outra Escola no perímetro urbano, a pé.

Os professores que lecionam na comunidade, por residirem na cidade de São João Evangelista, eles se deslocam até na rodovia de carona ou pagam um carro particular para leva-los, de modo que às 6h da manhã estejam na BR para pegar o ônibus escolar que vai buscar os alunos que estudam em Cantagalo, conseguindo assim chegar até a escola, onde iniciam as aulas às 6h e 15 minutos até às 10h e 15 minutos. Já no seu retorno da escola, eles vêm a pé ou pagam um morador da comunidade para leva-las de moto até a rodovia novamente, onde pegam carona para chegar à cidade de São João Evangelista a tempo de se descocar para outra escola que trabalham no segundo turno.

4.3 Religião e Cultura na Comunidade

A religião é um legado forte nas comunidades quilombolas. Em Minas Gerais, o catolicismo é dominante, fazendo uma interface com práticas de Matriz Africana, que são celebradas através das festas, danças e outros.

Em comunidades quilombolas é muito comum, ver associações, lideranças de cunho religioso, buscando realizar vários trabalhos, não só ligados à evangelização, mas trabalhos de sociais. Na comunidade há duas igrejas, uma Evangélica Assembleia de Deus que vemos na figura 19 e uma católica como vemos na figura 20 a seguir. Durante a pesquisa não detectamos a existência de terreiro candomblé, umbanda ou outros costumes religiosos típico dos afrodescendentes, escuta-se se relatos que as gerações anteriores praticavam essas seitas, mas com o passar dos anos essa prática foi abandonada.



Figura 19- Igreja Evangélica

Fonte: Arquivo Pessoal da autora 2018



Figura 20 - Igreja Católica

Fonte: Arquivo Pessoal da autora 2018

É notório que a religião está ligada ao poder, usado por muitos como uma ferramenta de domínio, devido à forte influência que exerce sobre seu povo, o papel que essas crenças religiosas exercem sobre a sociedade, principalmente em uma comunidade quilombola, ou em outras comunidades onde o conhecimento da maioria do seu povo é limitado. Para isso reforçamos a necessidade do docente, desenvolver o estudo da religião, da sociologia, da teologia, possibilitando o estudante entender, escolher e participar na sua comunidade de forma ativa e proativa, provocando transformações econômicas, sociais e culturais.

A religiosidade dos moradores é expressada, pela maioria através do catolicismo. Segundo os relatos de alguns moradores, a comunidade recebeu este nome pela devoção dos moradores ao Padroeiro São Felix. Informaram também que a Igreja Católica existente no vilarejo é uma das poucas que possui a imagem original do Santo São Felix.



Figura 21 - Imagem do Santo São Felix

Fonte: Arquivo pessoal da autora/ 2019

A imagem do Santo está apresentada na figura 21, que era um Santo Cantalício, filho de humildes camponeses e passou a infância no trabalho árduo do campo.

Nos dias 18, 19 e 20 de maio de 2018, a Comunidade Quilombola São Félix celebrou mais um Tríduo¹² em homenagem ao Padroeiro São Félix. Essa comemoração vem sendo

12 Triduo: Equivale a três dias de orações e celebrações religiosas, em devoção a uma entidade pertencente a qualquer religião ou credo. Semana Santa, também chamada Semana Maior, não por ter mais dias, mas por que nela se insere o **Tríduo** Pascal, composto por Quinta-feira Santa, Sexta-feira Santa e Sábado Santo, culminando com a Solene Vigília Pascal.

realizada desde o ano de 2013 até no ano corrente de 2019, e tudo indica que já entrou para o rol de eventos de resgate à cultura da comunidade. No ano de 2018, contou com a efetiva participação dos alunos da Escola Municipal, que faz divisa com o terreno da igreja.

No ano de 2019, também ocorreu a comemoração da festa do padroeiro, porém de forma mais simplificada, no período de 15 a 18 de maio de 2019.

As comunidades quilombolas geralmente têm um líder representante, que inclusive está ligado a CEDEFES, quando são comunidades reconhecidas. Na comunidade estudada não é diferente; essa representação serve como meio de fomento a inúmeras necessidades que seu povo necessita no que diz respeito a suporte e orientação dos seus direitos, quando a manutenção e preservação da cultura.



Figura 22 - Apresentação artística da comunidade 2013

Fonte: Arquivo pessoal da autora/ 2019

A comunidade São Felix, tem um grupo de dança, que se chama: mães da terra, existente desde ao ano 2013, onde se encontram algumas vezes nos meses para ensaiar, e realizam diversas apresentações na comunidade em outras cidades circunvizinhas, conforme demonstrado na figura 22. As danças de origem Afro são muito comuns nas comunidades quilombolas, sendo usado como resgate a cultura e meio de se festar com muita alegria.



Figura 23 - Pinturas nas paredes da Escola Municipal São Felix

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2017

A obrigatoriedade de se discutir questões étnico raciais nas escolas brasileiras, representa um avanço no cumprimento nas relações raciais e culturais, proporcionando um espaço para reflexão sobre a discriminação, que ainda ocorre com muita periodicidade em variadas instâncias, mas às vezes de forma camuflada na sociedade, mesmo com o peso da legislação e da legitimidade política e histórica, ainda encontramos divergências no seu cumprimento.

Percebemos traços Étnico Culturais Africana, na pintura nas paredes da Escola, nos traços físicos dos alunos, nas danças que ocorrem durante o intervalo das aulas, na capoeira e penteado dos alunos principalmente nas moças que usam com frequência traços Afro e apliques Tic Tac, outros enfeites para valorizar sua beleza, conforme apresentado na figura 23, o que é uma maneira de resgatar práticas e culturas tradicionais que estão se perdendo com o tempo.

A educação é a melhor ferramenta para se enfrentar conflitos, seja oriundo de exclusão social, ou qualquer outro ligado à diferença, este instrumento, deve ser trabalhado no núcleo familiar e também na escola, que tem a incumbência de formar o cidadão com competências que vão além da sala de aula, assumindo uma missão socializadora e produtora de conhecimento.

Vale ressaltar que, as crianças quando ingressam na educação formal já têm um arcabouço considerável de representações acerca de si e dos outros, desenvolvem assim o sentimento de pertença a determinados grupos, o que evidencia, em contrapartida, os grupos que lhe são diferentes, necessitando um trabalho educativo que vai além da sala de aula, onde é necessário o envolvimento da família na vida escolar, e também conhecimento por parte da escola do contexto no qual seus alunos estão inseridos.

4.4 Moradia

As trinta e três famílias que residem na comunidade, no ano de 2018 têm um estilo de vida ligado ao campo e cultura africana, associado com uma carência financeira severa, como podemos perceber na figura 24 e também nas imagens das construções de algumas casas na figura 25 adiante.



Figura 24 - Fotos de casas na Comunidade Quilombola São Felix

Fonte: Arquivo Pessoal da autora

Este estilo de casa das figuras 24 e 25 é uma tradição na maioria para Mocambos, principalmente devido ao baixo custo de sua construção. Porém, este tipo de estrutura traz muitas fragilidades. Por ter sido construído de forma rudimentar, aumentando os riscos de desabamentos, principalmente no período chuvoso. Outra fragilidade deste tipo de estrutura de casa é a possibilidade de servir de alojamento e reprodução do Barbeiro, hospedeiro do *Trypanosoma cruzi*.



Figura 25 - Imagens de casa em construção na comunidade.

Fonte: Arquivo pessoal da autora outubro 2017

Um levantamento feito pelo Ministério das Minas e Energia revela que no Brasil cerca de oito milhões de famílias utilizam os fogões a lenha, principalmente na zona rural. Desse total, cerca de 30% não eliminariam a fumaça de forma correta, o que passou a figurar como preocupação para o Ministério da Saúde. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), inalar a fumaça produzida pela queima da lenha ou carvão pode, em longo prazo, causar doenças como enfisema pulmonar ou agravar quadros de doenças respiratórias, como a asma. O tipo de construção apresentado na figura 24, que permite pouca ventilação, poderá futuramente trazer sérios problema de saúde aos integrantes da família, mas não podemos deixar de lembrar que essas construções remete a cultura africana.

Em praticamente todas as residências do vilarejo, o fogão de lenha é utilizado para preparos dos alimentos, aquecer água para banho e até mesmo aquecer a casa em dias mais frios. Novamente verificamos a necessidade de um trabalho conjunto com a escola no sentido de desenvolver na comunidade projetos que venham dar informações sobre os riscos que a fumaça pode causar à saúde. Principalmente nas casas que não têm chaminés, ou que tem pouca ventilação e iluminação, dar orientações quanto ao uso e adaptações possíveis que

podem ser feitas para que os prejuízos com a fumaça emitida por fogões que usam lenha ou carvão sejam minimizados.



Figura 26- Ilustração da pouca iluminação em algumas casas do vilarejo.

Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2017

Outro traço da cultura local é construir casas com pouca luz e ventilação, como vemos na figura 26. As portas são estreitas e baixas, já as janelas são pequenas e altas, dificultando assim a iluminação e ventilação, que é fundamental para a saúde, e na iluminação de microrganismos existentes dentro da casa. Conforme mostra a figura 26, as portas costumam ser muito baixas e estreitas, dificultando até a passagem da própria família, mas novamente temos que lembrar a origem cultural dessas construções.

4.5 Condição Sócio Econômica

Segundo os dados do SEPP/PR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República), apresentado no eixo três, 80 % das famílias quilombolas inscritas no Cadastro Único, recebem Bolsa Família¹³, até o ano de 2013, 73,9 dos trabalhadores têm sua fonte de renda ligada ao extrativismo¹⁴. Minas Gerais é o mais importante estado minerador do país, mas diante do contexto que a comunidade quilombola se encontra nos dias atuais, lhe restam apenas resquícios de miséria.

A comunidade São Felix foi beneficiada com programas de auxílio do Governo Federal, no qual destacamos: seis famílias que foram beneficiadas com Brasil “Sem Miséria” onde algumas famílias receberam R\$ 2400,00 para investir na construção do salão, quitandas caseiras, produção de ovos com galinhas poedeiras, criação de porcos e produção de defumados; outras tiveram suas casas melhoradas com o Programa “Minha Casa Minha Vida Rural”.

Anteriormente essas casas eram de pau a pique e foram reformadas atendendo alguns projetos do governo em meados de 2004 até 2010; já outros cidadãos da comunidade foram favorecidos com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) recebendo um salário mínimo mensal por pessoa com deficiência, o idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família além da bolsa família também tem direito a este benefício.

¹³ O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia, em todo País, famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza.

¹⁴ O termo **extrativismo**, em geral, é utilizado para designar toda atividade de coleta de produtos naturais, seja de origem mineral (exploração de minerais), animal (peles, carne, óleos), ou vegetal (madeiras, folhas, frutos...). É a mais antiga atividade humana, antecedendo a agricultura, a pecuária e a indústria. Praticada mundialmente através dos tempos por todas as sociedades.

Estes e outros auxílios sofreram um corte severo na gestão governamental no 2017/2019, o que vem prejudicando o desenvolvimento dessa comunidade que durante anos ficou desdenhado, conseguindo progredir nos últimos dez anos, mas que diante do cenário político que o Brasil se encontra acaba por restringir o desenvolvimento local. Percebemos que há uma significativa lacuna nos projetos de políticas de valorização e preservação do legado cultural que constitui historicamente comunidade quilombolas.

A geração de renda nessas comunidades na sua maioria é ineficiente, o que agrava ainda mais a pobreza, negação, autoestima, além de um gerar um agravante, que é o êxodo rural, estendendo ainda mais a formação de aglomerados nas capitais. A maioria das pessoas que saem da zona rural em destino a metrópole, tem baixa escolaridade, conseqüentemente encontra mais desafios para conseguir ingressar no mercado de trabalho, e se estabilizar financeiramente, além de sofrer um choque de cultura, que é conviver com pessoas detentoras de hábitos, bem diferenciado de sua origem.

Na comunidade de estudo, a renda básica se baseia em Benefícios do Governo, como: aposentadoria, BPC, salário família, alguns homens trabalham nas fazendas das proximidades recebendo em troca do seu trabalho, honorários que não se equivalem nem ao salário mínimo e alguns saem para capital em busca de um destino melhor, ouve-se poucos relatos de investimento em educação.

A área que comunidade tem posse no momento é bem restrita, sendo suficiente somente para a construção das casas das 33 famílias e um pequeno quintal para um micro produção que não atende nem ao consumo familiar. Tem ainda um discreto comércio de pequenos animais (porcos, galinhas), que serve de fonte de alimentação e circulação de dinheiro na comunidade, mas conforme apresentado na figura 27, a renda familiar da comunidade está me media de meio salário mínimo.

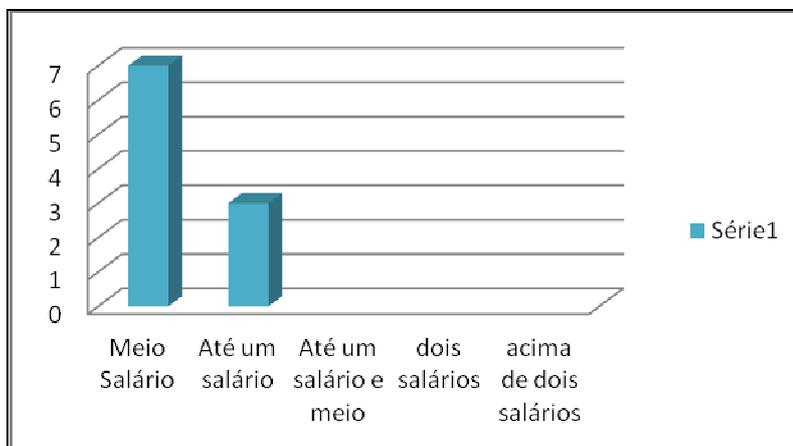


Figura 27 - Média da Renda familiar da comunidade São Felix

Fonte: a autora, 2019.

Em São Felix, como já foi dito, existe cerca de trinta e três famílias que vivem de atividades de subsistência, com destaque para as práticas agrícolas predominantemente nos sistemas de plantio, criação de animais de pequeno porte, somando com o auxílio recebido de bolsa família e aposentadoria. Muitos jovens e adultos da comunidade trabalham no plantio a meia, a terça, a quarta. E também no plantio de eucalipto da região e nas fazendas aos arredores. Ao entrevistar os pais de alunos da referida escola, 70 % relataram que recebem até meio salário mínimo e somente 30 % recebem um salário mínimo, para manter uma família de cinco a sete integrantes.

As pessoas da comunidade atuam na sua maioria nas atividades relacionada às práticas agrícolas. As oportunidades de trabalho na comunidade são bem limitadas, alguns homens

trabalham em fazendas, na capina, ou no plantio. Temos também a produção de eucalipto que emprega alguns homens da comunidade. Já outros optaram por abandonara a vida do campo, e saíram para a capital em busca de melhores oportunidades.



Figura 28 - Alguns locais de trabalho da comunidade Quilombola São Felix.

Fonte: Arquivo Pessoal da autora,2018

Percebemos que na comunidade pesquisada prevalecem hábitos característicos da cultura rural, como: plantio de alimentos para consumo, criação de galinhas e porcos para alto sustento, troca de alimentos e outras atividades envolvidos com muita humildade e simplicidade, tradicionalmente da vida cultural rural. As fontes para a geração de renda também são bem restritas, a maioria das comunidades vivem do plantio, dividindo a produção de alimentos á “Meia, Terça a Quarta” esse método de produção se fazia em dividir a produção. Este tipo de cultivo era uma prática muito comum até no ano de 2015, na comunidade estudada, onde algumas famílias produziam milho, feijão a meia com o proprietário de terra circunvizinho, porém o novo gestor das terras abandonou este tipo de plantio, o que é motivo de queixa da comunidade que alega não ter mais terra para produzir alimentos para próprio consumo e pequenas comercializações que era comum há anos atrás.

5 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O campo de pesquisa é a comunidade Quilombola São Félix, na cidade de Cantagalo, no estado de Minas Gerais incluindo-se aí a Escola Municipal São Felix, que oferece de 1º Período até o 5º ano, em regime multisseriado, fundada no ano de 2008, como vemos na figura 29.



Figura 29 - Foto da placa de inauguração da escola

Fonte: Arquivo pessoal da autora

Buscando nortear nossa pesquisa, realizamos uma leitura criteriosa de publicações dos teóricos sobre a temática de Educação Quilombola. Fomos a campo da pesquisa e realizamos fielmente o registro no diário de campo, para que as informações não se perdessem com o tempo, buscando sempre resposta para nossas inquietações.

5.1 Procedimentos Metodológicos e os Sujeitos da Pesquisa

Sabemos que a Educação é base de desenvolvimento do ser humano, pretendendo identificar como ocorre a Educação Escolar na Comunidade São Felix na cidade de Cantagalo, no Estado de Minas Gerais, local onde se encontra a Escola Municipal São Felix, que oferece de 1º Período até o 5º ano em regime seriado. Os sujeitos da pesquisa foram os moradores, os estudantes e os professores da referida escola. Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram: observação dos participantes em sala de aula, no trabalho, na convivência com seu núcleo família e na realização de seus afazeres, aplicação de entrevistas com perguntas semiestruturadas, diário de campo da pesquisadora e registros audiovisuais. Realizamos a coleta de dados de agosto de 2018 até maio de 2019, por meio de observação dos participantes dentro e fora da sala de aula em dias e horários aleatórios.

Analisamos a condução das turmas multisseriadas por parte de cada professor, com suas respectivas turmas, que por sinal tem um número pequeno de alunos, mas com várias especificidades educacionais. Buscamos ter um olhar atento para a conduta docente ao ministrar as aulas e se posicionarem diante dos encontros na escola, como a dificuldade de aprendizagem de seus educandos.

Na região Centro Nordeste de Minas Gerais, existem várias comunidades quilombolas e indígenas, principalmente no entorno do IFMG. Assim, a pesquisa foi motivada partindo da inquietação de não estarmos recebendo estes estudantes no *Campus*. Falamos em especial, da comunidade Quilombola São Felix, no qual desenvolvemos esta pesquisa. Esta pesquisa teve como justificativa identificar o porquê de não estarmos recebendo os estudantes da referida comunidade, localizado a 23 quilômetros de São João Evangelista (*Campus-SJE*) e a 330 quilômetros de Belo Horizonte, pegando como referência que nos últimos cinco anos, recebemos somente um estudante, que veio a desistir no primeiro mês de aula; aonde surgiu à inquietação de saber como está ocorrendo o ensino nessas comunidades já que estes estudantes não estão chegando ao Instituto. Essa comunidade é constituída de aproximadamente 33 famílias, que vivem da Agricultura e que ainda resguardam traços marcantes da tradição e da cultura da população negra. Nesse lugarejo existe em funcionamento uma Escola Municipal, que oferece de 1º período até 5º ano, em regime multisseriado¹⁵.

Este trabalho foi desenvolvido tendo como objetivo geral investigar se a prática docente na escola tem contribuído para a manutenção e preservação das expressões culturais da comunidade Quilombola São Félix e como está sendo trabalhada a educação formal. Também tivemos como objetivos identificar as expressões culturais das crianças regularmente matriculadas na Escola Municipal São Felix; investigar se os costumes e as representações culturais são trabalhados em interface com a Base Nacional Comum Curricular, BNCC, (Brasil, 2017) e as Leis das Diretrizes Básicas (LDB); identificar se há ou se está havendo registro da memória, da tradição, através das histórias contadas pelos mais velhos. Caso haja, identificar a sistemática deste processo; identificar como está sendo trabalhada a Educação Formal na Escola da Comunidade e propor práticas pedagógicas que possam contribuir para incentivar os discentes da comunidade a darem prosseguimento aos seus estudos.

Considerando os objetivos elencados nessa investigação, adotamos a metodologia qualitativa, buscamos conhecer mais a comunidade Quilombola São Felix. Procuramos seguir a base de estudos fenomenológicos, de cunho etnográfico, pela oportunidade em trabalhar, segundo Meksenas “[...] com as sociedades e seus modos de produção econômica, suas organizações da política e da justiça, seus sistemas de parentesco, suas crenças e sua religiosidade, suas línguas, seus símbolos, suas criações artísticas” (MEKSENAS, 2002, p. 115). Diante desses valores, fazendo uma análise interpretativa de dados coletados através da observação realização de seus afazeres, somando com aplicação de entrevistas com perguntas semiestruturadas e entrevista dos sujeitos que foram os moradores, os estudantes e os professores da referida escola.

Entendemos que a pesquisa etnográfica poderia auxiliar na percepção das triangulações e múltiplas interlocuções que compõem os artefatos culturais de comunidades, como as diferentes experiências ali vivenciadas se mesclam e se difundem nos espaços, incluindo aí a escola, *locus* desta investigação.

De acordo com André (2008, p.23) a pesquisa etnográfica possibilita reconhecer “paisagens que se tecem no cotidiano pedagógico da escola, da sala de aula e das interações de professores e estudantes e que ajudam a compreender o universo educacional no seu macro e micro contexto social, cultural e histórico, em que esta acontece”.

Em constantes visitas à comunidade, realizamos o registro, em diário de campo, para que as informações não se perdessem com o tempo, buscando sempre resposta para nossas inquietações. Florence Weber reforça a importância do diário de campo nos trazendo a seguinte descrição:

¹⁵ Multisseriado é um sistema escolar em que, em um mesmo espaço físico de sala-de-aula e sob a responsabilidade e regência de um único docente, existem estudantes de várias séries ou anos escolares.

É no diário de campo que se exerce plenamente a “disciplina” etnográfica: deve-se aí relacionar os eventos observados ou compartilhados e acumular assim os materiais para analisar as práticas, os discursos e as posições dos entrevistados, e também para colocar em dia as relações que foram nutridas entre o etnógrafo e os pesquisados e para objetivar a posição de observador. É, pois, o diário de pesquisa de campo que permitirá não somente descrever e analisar os fenômenos estudados, mas também compreender os lugares que serão relacionados pelos observados ao observador e esclarecer a atitude deste nas interações com aqueles (WEBER, 2009, p.158).

Como destaca Lüdke e André (2013) descrição compreende o registro detalhado dos acontecimentos, ou seja: descrição dos sujeitos; reconstrução de diálogos; descrição de locais; descrição de eventos especiais; descrição das atividades; os comportamentos (atitudes, ações, sentimentos) do observador.

O trabalho de pesquisa foi estruturado em dois momentos: no primeiro momento, fizemos uma revisão da literatura associado com o contato com a comunidade na perspectiva de conhecer e identificar os elementos culturais ali vivenciados, através de diálogos, observações, fotos, vídeos, na comunidade e na escola, para tanto foi lançado mão da opinião pessoal do participante, com registros no diário de campo, do cotidiano vivido pela comunidade e ainda de análise dos materiais produzidos pelos estudantes e docentes no contexto da sala de aula.

Para André (2013, p.28) “A observação é chamada de participante porque parte do princípio de que o pesquisador tem sempre um grau de interação com a situação estudada, afetando-a e sendo por ela afetado”.

No desenvolver do estudo, procuramos adotar uma postura Epoché, buscando perceber a essência do estudo, não deixando que nossa convicção de vida se tornasse promissora na investigação, descrevendo os dados na sua pureza.

[...] A epoché permite ao fenomenólogo uma descrição do dado em toda a sua pureza. O dado não é o empírico e tampouco um material que se organiza através de categorias estabelecidas de forma apriorística e intuitivamente. Para Husserl não existe conteúdo da consciência, mas exclusivamente fenômenos. O dado é a consciência intencional perante o objeto (TRIVIÑOS, 1996, p. 44).

O segundo momento se configurou como uma pesquisa-participativa na/com a comunidade, a partir dos dados coletados na primeira etapa do trabalho na perspectiva da identificação das representações culturais da comunidade como conteúdos sociais e da escola, que são relevantes na preservação da cultura local, contando também com a participação dos moradores da comunidade, mantendo sempre um registro sistêmico dos dados coletados.

Reforçamos essa argumentação com Angrosino (2009), que diz que: para uma confiabilidade da observação participante é importante o registro sistemático, a análise de dados e uma repetição das observações, o que poderá determinar uma autenticidade dos resultados. Assim, o pesquisador, pode atestar a validade da sua observação, também, usando diferentes técnicas complementares como a entrevista, história de vida, análise de documentos, confirmando, assim os dados obtidos pela observação.

Desenvolvemos e aplicamos um questionário estruturado, com o objetivo de adquirir mais subsídios, somados com as informações de observação no campo contribuindo, na ampliação e compreensão sobre a educação e cultura pesquisada em *locus*.

No dizer de Angrosino, “Entrevistar é um processo que consiste em dirigir a conversação de forma a colher informações relevantes” (2008, p.58). No caso de uma entrevista etnográfica trata-se muito mais do que uma simples conversa. Ela é mais interativa e exige do entrevistador um esforço para não induzir a resposta do informante.

Como instrumento de apuração, utilizamos entrevistas semiestruturadas, planejadas de forma detalhada, e aprovadas antecipadamente pelo orientador, assinalando questões a serem colocadas ao entrevistado, de forma padronizada e sistêmica, com algumas perguntas abertas, para melhorar a compreensão de alguns tópicos, abrindo espaço para respostas livres, mas sempre mantendo atento e com um olhar observador, levando em consideração a referência feita por Bauer e Gaskell (2001) “Três limitações da entrevista: a falha na compreensão da linguagem; omissão de detalhes por parte do entrevistado e informações enganadoras e impossíveis de se testar. Tais limitações podem ser superadas pela prática da observação participante”.

Na fase final, analisamos os dados coletados, na intenção de buscar ou não veracidade das informações e esclarecer nossa inquietação da pesquisa, baseado em uma boa base literária correlacionada com a temática para desenvolvimento e interpretação dos dados apresentados a diante.

5.2 Um pouco da Escola Municipal São Félix

Muitos povoados de Calhambos, não têm o privilégio de ter escolas na própria comunidade, como é o caso de comunidades quilombolas no Mato Grosso que lutam por garantia de seus direitos sociais, acesso e permanência na terra, à educação, à saúde e outros; comparando essa realidade com a comunidade São Felix, que tem esse benefício, em que é visto como uma conquista para os moradores do pequeno vilarejo.

As turmas são multisseriadas, o que lamentavelmente, ainda é comum em muitas escolas de zona rural. No Brasil há muitas escolas com este perfil, algumas até em perímetro urbano, o que exige melhor organização pedagógica, tendo que romper com o ideal da homogeneidade da turma e também com as aulas centradas na exposição do docente que ensina a todos como se ensinasse a um só; a rotina da sala de aula multisseriada é mais complexa, exige uma melhor compreensão no processo de aprendizagem dos personagens envolvidos no processo.

Nesse modelo de ensino, se destaca a autonomia do estudante, e um ambiente mais heterogêneo, que propicia meios de inclusão a diversidade, no processo de ensino aprendizagem, já que contamos com uma diferença de idade e de níveis educacionais, que são bem expressivos, dividindo o mesmo espaço.

Este processo de ensino sob determinados parâmetros é considerado como uma precariedade no Sistema Educacional. Porém, com outro olhar, é válido lembrar, que este ambiente heterogêneo se for bem trabalhado, pode ser um espaço para o desenvolvimento do “próprio saber” e de respeito à diversidade, que são alguns dos gargalos na educação atual. Para isso é necessário: planejamento pedagógico, equipe capacitada e comprometida com o processo educacional, envolvendo a família e outras ações que vão além da sala de aula.



Figura 31 - Fotos da escola pesquisada.

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2018

No ano de 2017 a 2018, a referida escola, contava com a colaboração de cinco servidores sendo: uma cantineira, um faxineiro e três docentes. Duas das docentes são ex-alunas do Curso de Licenciatura em Matemática do IFMG-SJE, o que é um incentivo ainda maior para essa pesquisa, por que permite avaliar como está sendo a atuação dos egressos, servindo como instrumento avaliador, na formação dos professores.

A cantineira e o faxineiro eram do próprio vilarejo, já as três professoras residem na cidade de São João Evangelista, o que demonstra que no município o Instituto é um provedor de servidores, para essa e outras cidades. Em dezembro de 2018, a professora que trabalhava há sete anos na comunidade, saiu para trabalhar em outro estabelecimento ligado a prefeitura, que é a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apresentamos os resultados e ações da pesquisa, baseada na metodologia descrita no capítulo anterior.

6.1 A chegada à comunidade São Felix

Ao decidir estudar a comunidade Quilombola São Felix, procuramos a educadora W, para conhecer um pouco da realidade local, já que ela lecionava no povoado há sete anos e apresentava uma proximidade satisfatória com as famílias; dialogamos com o líder que é voz ativa do vilarejo, com o objetivo de apresentar nossa proposta de estudo, de modo, que a pesquisa fosse de encontro com a necessidade e interesse do público estudado.

No início das observações percebíamos um estranhamento das pessoas, desde os moradores, docentes, até discentes. Imaginamos que em suas mentes havia dúvidas sobre como seriam a pesquisa, tempo de realização, quais as intervenções... Tínhamos em mente a necessidade de dar também contribuições para aquele povoado que grita por ajuda, que se apresenta de coração aberto para acolher a todos de boa fé; principalmente dos servidores do Instituto Federal, *Campus* São João Evangelista, onde já tiveram colaboradores anteriores e realizaram parcerias de excelência.

Procuramos deixar claro o objetivo da pesquisa, além da intenção de contribuir com a comunidade. Com isso tentamos dar conta da inquietação e curiosidade de todo o povoado. Para tanto, se fez necessário realizarmos reuniões com pequenos grupos, somado de visitas domiciliares, juntamente com a presença do professor W, que é uma pessoa muito querida e respeitada pelos moradores da comunidade. Ele nos ajudou a esclarecer nossa pesquisa e entrecruzar laços de efetividade, iniciando a coleta de dados.

Ao ir para a sala de aula, fomos recebidos calorosamente com muito carinho. É importante ressaltarmos que o carinho com que nos receberam naquele ambiente escolar, foi o mesmo desde o primeiro encontro até na fase final da pesquisa.

6.2 Atividades desenvolvidas na comunidade e na Escola

Como já foi dito, desde os primeiros encontros com a comunidade, docentes e posteriormente com os discentes, tivemos uma recepção muito positiva e calorosa, principalmente por ser do IFMG. Durante o tempo de pesquisa de campo nos propusemos a realizar atividades educativas que a princípio não havíamos planejado para a pesquisa. Realizamos palestras sobre Alcoolismo na Adolescência, Sexualidade, Autoestima, Tabagismo, Combate à Exploração Sexual, entendemos que estes temas se fizeram relevante para comunidade, conforme manifestação de interesse do público, juntamente com a confirmação das lideranças da comunidade, conforme apresentamos nas figuras a diante.

Percebemos a necessidade de ampliar as discussões no campo da saúde, até mesmo porque a comunidade não tem Equipe de Saúde de Saúde da Família, que geralmente fazem esse trabalho de orientação. Planejar a família, conhecer os métodos para se prevenir uma gravidez ou doença sexualmente transmissíveis, ainda é uma insuficiência na comunidade que tem famílias numerosas, seguindo o costume das de muitas outras famílias campestres.



Figura 32 - União da família-2018

Fonte: Arquivo Pessoal da autora 2018



Figura 33 -Nascimento filhos-2019

Fonte: Arquivo Pessoal da autora 2019

A necessidade de se conscientizar sobre o Planejamento Familiar, se dá pelo exemplo que apresentamos na figura 32 e 33. A primeira imagem 32 foi tirada em maio de 2018, onde conheci o casal que estava construindo sua própria casa para moradia, já que iriam se casar no mês seguinte. Já a imagem 33, foi registrada no dia 17 de abril de 2019, na palestra sobre planejamento familiar, onde o casal está com um filho de quatro meses nos braços, sendo que a gestação foi muito desejada, mas não planejada, e o casal não foram orientados sobre os métodos contraceptivos para se evitar outra gestação não planejada. Registramos a história de uma família, que muito se assemelha com as demais da comunidade, justificando a necessidade de se ampliar as discussões na educação em saúde.



Figura 35 - Registro das palestras Sexualidade/Tabagismo

Fonte: Arquivo Pessoal da autora 2019

Na imagem 35, registramos jovens da comunidade em uma roda de conversa sobre Sexualidade e Tabagismo. No princípio estranhei como que eles se apresentavam, pois, estavam inquietos, muitos ficavam ouvindo do lado de fora da sala de aula, no escuro, já que nossos encontros aconteciam no noturno, para tentar captar o maior número de jovens; outros concordaram em entrar na sala, mas se escondiam atrás do armário, pilastra, debaixo da toalha da mesa, ou tampava o rosto, conforme figura 35.

Após alguns encontros que realizamos no mês de março e abril de 2019, eles foram perdendo um pouco da vergonha e muitos até arriscavam fazer alguma pergunta durante a palestra sobre sexualidade e tabagismo. Demonstrando o quanto estão abertos à ajuda, e como são carentes de atenção, orientação, esclarecimento e acolhimento da sociedade como todo.

Realizamos também encontros com jovens do povoado, para dialogar sobre o uso do álcool na juventude, o que é muito comum em comunidades quilombolas desde o tempo de exploração, partindo dos adultos até os jovens, como é o caso do vilarejo estudado. Essa prática é atribuído segundo os participantes, por vários motivos, como: hábitos dos pais e avós de beber principalmente cachaça, acompanhar os amigos que na mesma idade, já fazem uso do álcool rotineiramente, beber para ficar alegre, dormir melhor, em síntese, o álcool faz parte dos momentos de sociabilidade e de diversão dessa população.



Figura 36 - Imagens da palestra sobre Alcoolismo na Juventude

Fonte: Autora, 2019.

Buscamos ajuda do Grupo Alcoólicos Anônimos (AA) de São João Evangelista, para desenvolver este trabalho de reflexão, com intuito de orientar e dialogar, sobre os malefícios que essa prática traz para o jovem e todo o seu núcleo familiar, sugerimos estratégias de prevenção, tratamento e suporte para esse grupo vulnerável, que conforme Relatório divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS- 2017) apontou o álcool como o maior

responsável por mortes de brasileiros entre 15 e 19 anos, seja em acidentes ou por paradas cardíacas.

No ano de 2018, no dia 18 de maio, durante a comemoração da festa do Padroeiro São Felix, um dos dias do Tríduo comemorado na comunidade, buscamos intencionalmente associar o evento para trabalhar a conscientização da comunidade com Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infantil que é lembrado anualmente também nesta data.



Figura 37 –Trabalhos de Conscientização a Exploração Sexual- 2018

Fonte: Arquivo Pessoal da autora,2018

Aproveitamos a ocasião porque no Tríduo a comunidade recebe visitas externas, além de contar com presença de quase todos os moradores. Por isso, aproveitamos para fazer um trabalho educativo, envolvendo: os alunos da escola na confecção de cartazes e participação de palestras sobre a temática, alunos adolescentes do Instituto que colaboração na confecção de cartazes mais elaborados para fixar na comunidade, nas proximidades do evento; e também produzido material de divulgação e conscientização a toda a comunidade que por ali passou nesses três dias.

O objetivo de aproveitar o período da pesquisa para levar a Educação além da sala de aula, através da informação e da conscientização da comunidade, e que por sinal pretendemos manter o ciclo de dialogo, mesmo após encerrar a dissertação, se justifica diante da realidade educacional da comunidade Quilombola São Felix e outras existentes no Brasil, como forma de pagar um pouco da dívida que a nossa sociedade tem com esse povo e por acreditar que pequenas ações fazem a diferença.

6.3 A Educação Escolar na comunidade São Felix

Em 2018, a comunidade estudada, contava com duas turmas, sendo que nesta turma a docente leciona para: dois alunos no 1º período; dois alunos no 2º período; dois alunos no 1º ano; e um aluno no 2º ano, estando os estudantes na faixa etária de quatro a sete anos. Já a outra docente trabalha com dois alunos no 3º ano, três alunos do 4º ano e três alunos do 5º ano, na faixa etária de oito a onze anos, somando dezesseis alunos.

A terceira docente que se ingressou em março de 2018, lecionava para um aluno por vez, de acordo com as necessidades apresentadas pelas duas professoras das turmas regulares, como se fosse um ensino individualizado, conhecidos popularmente como aulas de reforço; sendo que, essas aulas, eram realizadas no mesmo horário que as aulas correntes, os alunos saíam de uma aula em grupo e ia para a aula individualizada. Suponho que se este terceiro docente, que trabalhou nesse período de nove meses na escola, estivesse atuando em um turno

diferente das aulas regulares de ensino, os discentes, supostamente teria um melhor aproveitamento, porque ele teria aulas com dois professores em tempos diferentes.

Já em 2019, a escola está trabalhando com total de 16 alunos, com a divisão semelhante ao exercido no ano anterior, porém não conta mais com o professor de reforço, já que uma das professoras foi transferida para outra unidade da prefeitura.

Em diálogo com os docentes sobre o rendimento escolar, se comparando com a proposta do currículo, professora Y e professora W, relatou que os estudantes estão saindo da escola mais preparados que em anos anteriores, mas que ainda saem com grande defasagem na aprendizagem, devido à dificuldade de absorção que muitos apresentam, dando-se preferência para as disciplinas de Português e Matemática.

A educadora W que trabalhava com os alunos do 3º, 4º e 5º ano, relata que não consegue avançar mais no conteúdo, porque recebe vários alunos que não sabem ler e escrever, já a docente Y que atua nas séries anteriores, menciona que os discentes têm dificuldade de aprender de forma que ela não consegue avançar no conteúdo, muitos estudantes não têm o hábito de estudar em casa, o que dificulta ainda mais o letramento.

Realizamos algumas visitas na comunidade, buscando investigar os costumes, rotina de trabalho, comportamento do estudante junto com seu núcleo familiar, entre outros que descobrimos ao longo da pesquisa. Já em sala de aula, observamos a postura, a conduta dos professores Y, Z, W. Os conteúdos mais trabalhados em sala são de matemática e português, percebemos diversas dificuldades enfrentadas ao se ensinar nessa escola. Paralelamente, procuramos observar o nível de compreensão dos estudantes diante de cada proposta apresentada pelo educador.

Com a finalidade de registrar um pouco do conhecimento, interpretação e escrita dos discentes que se encontravam nas turmas do 3º, 4º e 5º ano do Ensino fundamental no ano de 2018, solicitamos à professora W, propor uma atividade para os discentes. Ela nos concedeu trinta minutos de sua aula e acompanhou a dinâmica. Apresentamos a seguinte atividade para os alunos: fazer um pequeno ditado do texto que apresentamos na figura 38, de forma pausada e lenta, para que os estudantes ouvissem e copiassem em uma folha todo o texto e depois eles mesmos lessem o que foi escrito. O texto que selecionamos foi escrito por Giselle do Rosário de 15 Anos, da comunidade Quilombola do Jacaré, Estado do Pará que fala sobre “Ser Quilombola”.

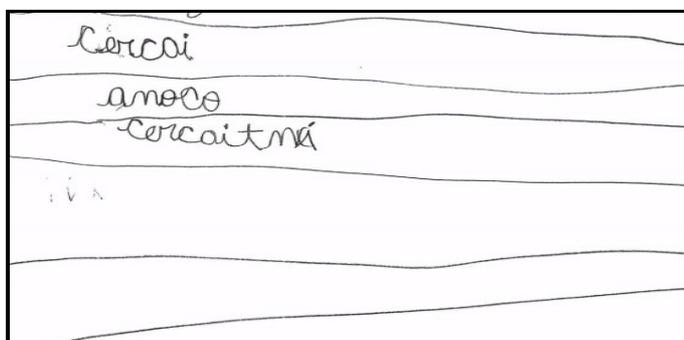
Ser Quilombo é ter coragem
e amor no coração
ser Quilombo é não ter medo
de racismo ou exclusão

É olhar olho no olho
e assumir sua identidade
respeitando as diferenças
no campo e na cidade

Figura 38 - Trecho do texto do Ditado

Fonte: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/Ser-quilombo.pdf>, acesso 15/08/2019

Foi preciso falar pausadamente cada palavra e não uma frase corrida, já que muitos não conseguiam memorizar. Repetimos várias vezes à mesma palavra, sendo que em alguns momentos a professora precisou soletrar, porque a maioria dos discentes não estava conseguindo acompanhar, no final do processo encontramos os resultados a seguir.



Corcói
amoco
Corcaitná
i i i

Figura 39 - Texto escrito por estudante 3º Ano /Ano letivo 2018

Fonte: autora, novembro 2018

Ser quilombo é
 a coragem
 o amor no coração
 Ser quilombo é não ter medo
 de racismo e isolação
 e olhar no olhar
 A samir acua indentidaidi

Figura 40 - Texto escrito por estudante 3º Ano/ Ano letivo 2018

Fonte: autora novembro 2018

Calãbo
 Calãbo tcoraji
 lamor
 Calãbo narasimocai

Figura 41 - Texto escrito por estudante 4º Ano/Ano letivo 2018

Fonte: Arquivo pessoal da autora, novembro 2018

- isloco dscó
 o comcao

Figura 42 - Texto escrito por estudante 4º Ano/ Ano letivo 2018

Fonte: Arquivo pessoal da autora, novembro 2018

Ser quilombola e ter coragem
 e amor no coração
 Ser quilombola e não ter medo
 de rasar ou escuridão e olhar no olho
 e assumir a sua identidade

Figura 43 - Texto escrito por estudante 4º Ano/ Ano letivo 2018
 Fonte: autora, novembro 2018

Ser quilombola e ter coragem e amor no
 coração Ser quilombola e não ter medo
 de rasar ou escuridão e olhar no olho
 e assumir a sua identidade.



Figura 44 - Texto escrito por estudante 4º Serie/ Ano letivo 2018
 Fonte: autora, novembro 2018

Escola Municipal São Felice
 O terra quilombola
 Ser quilombola e ter coragem
 amor no coração
 Ser quilombola não ter medo
 não temer de rasar ou escuridão
 e olhar no olho
 e assumir a sua identidade

Figura 45 - Texto escrito por estudante 5º Ano/ Ano letivo 2018
 Fonte: autora, novembro 2018

As figuras de 39 até 45, mostradas acima, que se referem ao registro de texto, que foram apresentadas na íntegra, excluindo somente o nome do autor por questões éticas. É possível perceber que alguns alunos matriculados no ano letivo de 2018 se encontravam no 3º ano, teve um desenvolvimento melhor que outros que já estavam no 5º ano, evidenciando que todos expressam severas dificuldades de entendimento, interpretação e escrita.

Comparando a interpretação, escrita e leitura dos alunos da comunidade, com as exigências da terceira versão da BNCC, Brasil (2018) que define que, ao final do 1º ano do

fundamental, os alunos devem conseguir escrever "espontaneamente ou por ditado" palavras e frases "de forma alfabética", além de escrever corretamente o próprio nome, o dos pais, o endereço completo e ler palavras e pequenos textos, define ainda que ao final do 2º ano, ou seja, aos sete anos, as crianças já saibam ler e escrever, seguindo uma prática dos países de referência em Educação. Enxerga-se a urgência de se fazer uma intervenção educacional escolar na comunidade.

Desenvolver a educação em comunidades quilombolas, não é tarefa fácil, esta pesquisa nos revelou várias dificuldades que docentes e discentes têm enfrentado sendo, que muitas delas se assemelham com as de muitas escolas públicas. Citamos como exemplo: infraestrutura física precária (salas de aula, que precisam de reforma, ampliação), ausência da família na vida escolar, falta de material didático-pedagógico, pouca ou nenhuma atualização do corpo docente voltada à educação quilombola, salários defasados o que induzem o professor a elevar sua carga horária de trabalho, necessitando acumular dois ou três cargos; enfim, são vários pontos negativos, que vão refletir nos processos de ensino e aprendizagem. Melo (2007) e Moura (2011) destacam esta problemática, enfatizando a importância de um espaço físico adequado dentro da própria comunidade, como espaço gerador de aprendizagem.

É compreensível que o processo educacional é complexo, e que culturalmente está ligado ao poder aquisitivo. Geralmente quando a criança é criada em ambiente estável socialmente e financeiramente; onde a família tem acesso à cultura, a hábitos de leituras, de viagens, e a outros meios de comunicação mais aberto, essa criança tende a ter um olhar mais crítico do mundo, favorecendo no processo educacional. Na maioria das vezes, essa conjuntura, não está acessível a crianças ou adolescentes de origem quilombola; o que provavelmente irá influenciar na sua formação, devido à falta de acesso, a visão negativa e deprimente que já recebe dos seus antecedentes no seu seio familiar, onde o nível de escolaridade dos pais é muito baixo: alguns são analfabetos, analfabetos funcionais ou semianalfabetos, muitos não têm acesso às novas tecnologias, as viagens são poucas ou não existe, enfim são inúmeros os enfrentamentos e o distanciamento na sociedade.

6.4 Entrevista com os Professores

Dando continuidade na investigação, fizemos o roteiro da entrevista com perguntas semiestruturadas, com o objetivo de entrevistar os três docentes que atuavam na referida escola durante a pesquisa (Y, Z e W); mas somente dois professores concordaram em responder, a saber, os professores Y e W, porque atuavam na escola há mais de três anos. A terceira docente (Z) disse que não se sentir confortável para responder o questionário porque trabalhava no local apenas dois meses. Coincidentemente, em 2019 essa professora (Z), foi quem permaneceu trabalhando na escola enquanto a W, que tinha sete anos de serviço foi transferido.

Iniciamos questionando sobre a capacitação dos mesmos para atuarem numa escola quilombola. A pergunta foi:

1) Nos últimos anos, com o surgimento da legislação voltado para a comunidade quilombola, você recebeu capacitação independente do órgão (Federal, Estadual ou Municipal)?”

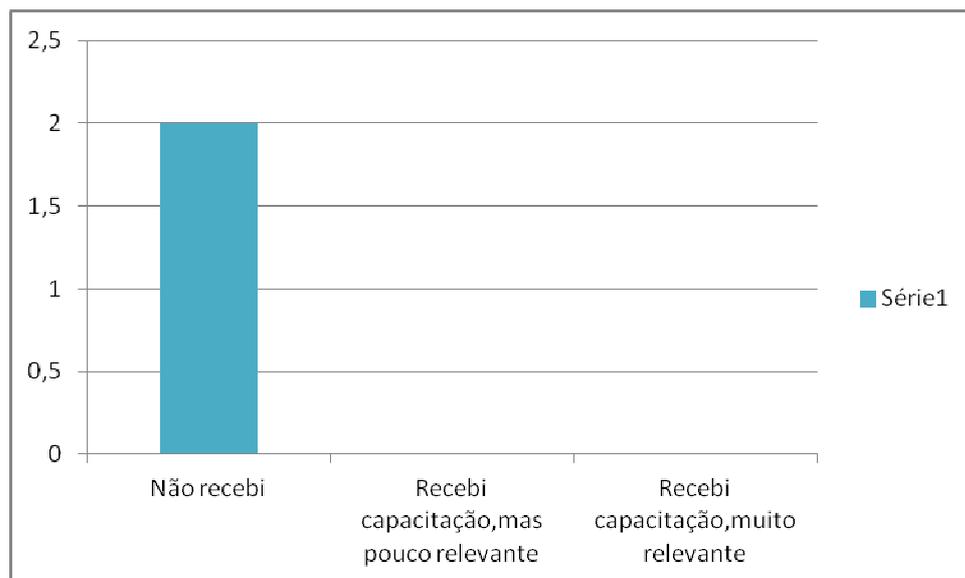


Gráfico 1 - Informações sobre capacitação específica para os professores

Fonte: Autora, 2019

O contexto quilombola apresenta muitas especificidades, e o docente por ser um mediador de conhecimento, precisa ser capacitado e ter domínio principalmente da legislação que regue o ensino, como são apresentado em Brasil (2012). Resolução número 8, de 20 de novembro de 2012, CNE 08/2012 a qual definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação. O gráfico 1, declara que os docentes Y e W, que lecionam na comunidade a mais de três anos, não receberam capacitação para se trabalhar com educação quilombola, o que hipoteticamente pode ter interferido na qualidade e rendimento do seu professorado.

Além disso, temos em vigor a Lei 10.639/03 que dá legitimidade no espaço Escolar a abordagem da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas instituições de Ensino Fundamental e Médio. Visando a formação dos sujeitos e seu ambiente escolar diante da diversidade, a Diretriz Curricular Nacional aponta que:

É importante destacar que não se trata de mudar o foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeu por uma africana, mas ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira [...], História da África, tratada em perspectiva positiva, não só de denúncia da miséria e discriminações que atingem o continente, nos tópicos pertinentes se fará articuladamente com a história dos afrodescendentes no Brasil e serão abordados temas relativos:- o papel dos anciões e dos griots como guardiões da memória histórica; - a história da ancestralidade e religiosidade africana (...) como civilizações que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da humanidade (BRASIL, 2009).

Como não podemos mudar totalmente o currículo, o ideal é que o professor elabore sua aula, efetuando uma análise da relevância, antes de se passar o conteúdo aos alunos, buscando dar aplicabilidade do conteúdo que se pretende trabalhar e que não trabalhe como algo posto, exigindo uma ação que vai além da análise de conteúdo. Como defender algo que não acreditamos? Como ensinar, algo que nós mesmos não vemos sua relevância? Já que acreditamos que com a educação melhoramos os seres humanos e sua realidade:

O currículo é muitas coisas ao mesmo tempo: ideias pedagógicas, estruturação de conteúdos de uma forma particular, detalhamento dos mesmos, reflexo de aspirações educativas mais difíceis de moldar em termos concretos, estímulo de habilidades nos alunos, etc. Ao desenvolver uma

prática concreta de modo coerente com quaisquer desses propósitos, o professor desempenha um papel decisivo (GIMENO SACRISTÁN, 2000, p. 173).

Acreditamos ainda que os conhecimentos adquiridos pelos professores no processo de formação profissional influenciam fortemente nas representações sobre aquilo que ensinam, permitindo uma visão mais holística e crítica ao administrar um conteúdo. Essas representações se manifestam nas atitudes dos professores em relação às propostas educacionais, impregnando suas práticas e suas interações com os estudantes e outros atores no cenário escolar, aplicando o currículo de forma sistematizada, humanizada apropriando o conteúdo com a realidade do ambiente onde está inserido.

A questão seguinte versa sobre o recebimento de material didático específico para educação quilombola.

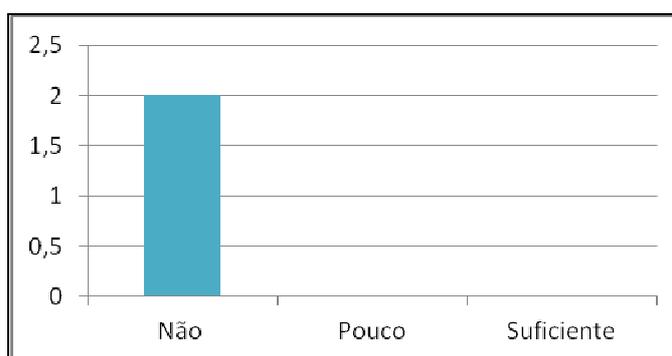


Gráfico 2 - Material didático específico

Fonte: Autora, 2019

O Artigo 8º da Resolução nº8, de Novembro de 2012, apresenta que os princípios da Educação Escolar Quilombola deverão ser garantidos por meio das seguintes ações: “XI - inserção da realidade quilombola em todo o material didático e de apoio pedagógico produzido em articulação com a comunidade, sistemas de ensino e (Instituições de Educação Superior (BRASIL, 2016,p.06). Sabemos que o material didático é uma ferramenta importantíssima para nortear a docência, mas não podemos esquecer que belíssimas matérias didáticas que já foram e são construídos pelo professor e estudante no decorrer das aulas. Os professores entrevistados afirmam que não receberam nenhum exemplar voltado para comunidade quilombola; e que para planejar suas aulas, realizam pesquisas por conta própria, usando o livro didático geral, isso quando eles recebem, o que não é uma constância; usam também o livro de educação do campo de anos anteriores que são exemplares que o governo oferecia a escolas do campo, acrescido de outras pesquisas particulares por conta do professor.

A Secretária de Educação do município que responde como diretora da escola, afirma que não recebe exemplares do governo, de forma que repassa somente o manual do professor da rede tradicional para São Felix, de acordo com que a prefeitura recebe, sendo que têm ocorrido atrasos na entrega no livro didático.

Continuando os questionamentos estávamos interessados em saber sobre a retenção escolar.

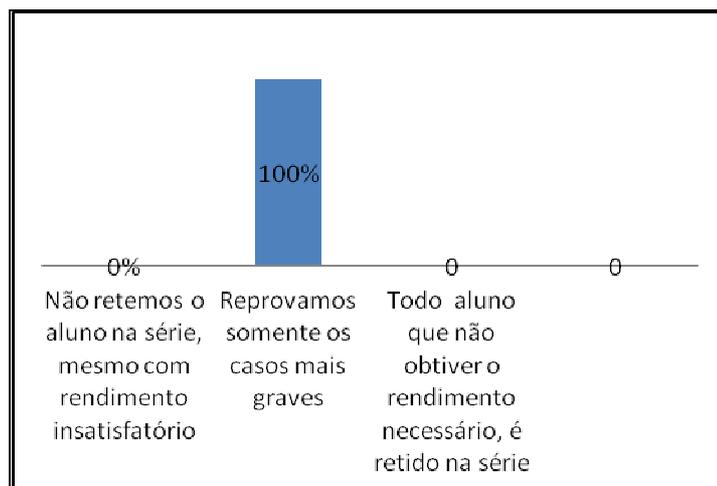


Gráfico 3 - Condições para a retenção escolar

Fonte: Autora, 2019

Várias instituições de ensino tem enfrentado o problema de retenção escolar, principalmente após a mudança da legislação, o que exige da escola um planejamento educacional, para que os estudantes superem as dificuldades de aprendizagem, de forma a minimizar este impacto, exigindo inclusive ações de especialistas como pedagogo e acompanhamento da direção escolar; sucedendo que estes profissionais não compareceram na Escola Municipal São Felix, durante a pesquisa, o que presumivelmente poderá ter agravado a retenção e o rendimento dos aprendizes.

Perguntamos aos professores sobre as principais dificuldades encontradas para se trabalhar na escola.

Professor Y:

Falta de assistência do diretor, supervisor, psicólogo, também falta de recursos didáticos, como: livros didáticos, materiais educativos, jogos para a educação infantil.

Professor W:

Falta de assistência do diretor, especialista, digo, falta de acompanhamento do psicólogo, falta de recursos didáticos específicos para quilombola.

Ao ir a campo e conhecer um pouco do contexto educacional da comunidade, referenciados após várias leituras sobre estudiosos da educação quilombola, e, em conformidade com depoimentos dos professores, que o ensino e a aprendizagem poderiam ser mais efetivos se os docentes e discentes tivessem: acompanhamento pedagógico, aquisição de material didático específico para se trabalhar educação quilombola, conhecimento da Legislação Educacional para Calhambos, psicológico, orientação da direção escolar, associado com outras políticas educacionais, com esse alicerce, supostamente as dificuldades encontradas ao se trabalhar em São Felix, seriam minimizadas.

Continuando a sequência de perguntas estávamos interessadas em saber, na visão dos professores, quais seriam os motivos pelos quais muitos jovens da comunidade não estão buscando dar continuidade aos estudos.

Professor Y:

Devido à falta de incentivo dos familiares e também da própria escola, essas crianças não foram orientadas da importância à educação em sua vida. Mas, hoje percebo que esta realidade está começando a mudar, pois, os alunos são incentivados na escola e também na família.

Professor W:

Devido à falta de incentivo da família e da escola. Essa realidade aos poucos está mudando.

Na percepção do investigador, essa comunidade que durante muitos anos foi marginalizada e esquecida pela sociedade, nos dias atuais se encontra em progressão no que diz respeito a conhecer e cobrar seus direitos e interesses frente à educação e o desenvolvimento do seu povo; mas é um processo lento, devido à baixa escolaridade da maior parte do povoado, associado com o desinteresse político do município, que se deduz por estar tão ausente da comunidade.

Diante de um contexto tão específico, fica o desafio para os educadores; que é definir qual seria o papel da escola, frente a essa realidade? Como de fato poderíamos trabalhar a educação para que sua efetividade aconteça na prática, como direcionar as práticas de ensino, abordagem dos conteúdos curriculares? Como quebrar os paradigmas que existe na educação? Penso que o diálogo, a pesquisa e a discussão sobre o tema pode ser uma alternativa, Castilho (2008) ressalta a necessidade de pesquisas neste âmbito, a fim de não só enriquecer os conhecimentos da academia, como também colaborar com a luta destas comunidades.

Motivado pela colocação dos professores sobre a possível falta de incentivo dos pais para que seus filhos estudem, ficamos curiosos sobre o perfil escolar desses pais que são retratados no gráfico 4.

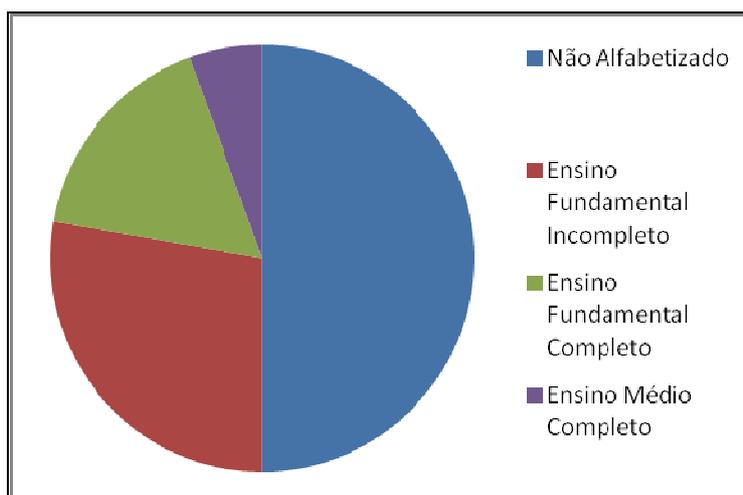


Gráfico 04- Grau de escolaridade de familiares dos estudantes

Fonte: Elaborada pela autora, 2019

No que diz respeito à escolaridade 50 % dos pais responderam que são analfabetos, 30 % tem o Ensino Fundamental Incompleto, mas relata saber escrever somente o nome e fazer contas básicas, e 20 % chegaram até o Ensino Fundamental Completo.

Observamos a convivência dos alunos com seu núcleo familiar, na realização de seus afazeres até mesmo ao realizar o famoso: "Dever de casa" que os professores passam para eles fazerem em domicílio; na qual reparamos como obstáculo, a conjuntura dos pais que na sua maioria são analfabeto ou analfabeto funcional, nota-se pouco incentivo no estudo, talvez, por desconhecer o conteúdo e conseqüentemente a relevância do mesmo. Em concordância com os resultados apresentados no gráfico IV, apresentamos dados sobre a escolaridade dos pais.

No quesito rendimento escolar, evidenciamos uma situação ainda mais grave, ao solicitar os professores para ponderar como os estudantes saem da Escola Municipal São Felix e vão dar continuidade aos estudos em outras escolas, se carregam o conhecimento necessário para dar sequência aos estudos como os demais colegas de sua nova classe; os dois educadores responderam que a minoria carrega o conhecimento necessário, o que gera

maiores obstáculos, para os estudantes sequenciar os estudos, destacando em especial: a dificuldade de aprendizagem, diferença de hábito/cultura, falta de interesse pessoal e falta de incentivo dos pais.

Coadunado com dificuldades de aprendizagem, conforme fala de uma das docentes: “eles apreendem, mas não conseguem fixar o conhecimento da disciplina”. Acreditamos que o baixo rendimento escolar do povoado, precisa ser melhor estudado, já que esse processo engloba várias vertentes, como o papel do professor, da direção e todas políticas públicas que contribuem para o sucesso ou fracasso da educação, exigindo inclusive ações multidisciplinares.

Entre tantas possibilidades mais uma possível causa para o baixo rendimento escolar de alguns estudantes analisados no período do estudo pode estar associado a fatores genéticos, já que existe uma consanguinidade forte em muitos dos estudantes. É, habitual na comunidade casar, matrimoniar entre pessoas da mesma comunidade; como há somente 33 famílias, muitos casamentos se dão entre membros próximos da árvore genealógica. Isto favorece a má formação entre outros acometimentos genéticos, o que exige a atuação de equipe de saúde para investigar essa hipótese. Existe outra ponderação que foi relatada por docentes: “os alunos que passaram pela escola que apresentaram mais dificuldade, geralmente pertence à mesma família”. São questões que demandam de um atendimento mais criterioso seja da equipe de saúde, seja no acompanhamento pedagógico específico para estes. Entendemos também que é pertinente uma investigação mais aprofundada sobre os fatores que têm de fato contribuído para que muitos desses alunos não estejam conseguindo absorver o conhecimento desejado.

As práticas dos docentes que atuaram nessa comunidade no período de estudo são semelhantes as que encontramos nas demais escolas; as disciplinas da Base Nacional Comum: Português e Matemática são trabalhados baseados em aulas tradicionais, já as demais disciplinas como Ciência, História, Geografia que também se fundamenta no ensino tradicional, pouco se consegue aprofundar nessas disciplinas, porque o foco maior é Português e Matemática.

A Educação Física é a disciplina que os jovens mais gostam, onde no ano de 2018 a professora que foi transferida de escola se preocupava em trabalhar temáticas como: danças africanas, brincadeiras mais antigas, capoeira entre outros. Enquanto estudioso da temática nos colocamos a pensar: a cultura e os costumes da referida comunidade quilombola é diversificada e com várias especificidades em que apresentamos anteriormente, como que podemos adotar práticas docentes semelhantes às demais escolas, e ainda ter sucesso? Talvez a resposta para essa pergunta, seja uma alternativa para melhorar o desenvolvimento educacional local.

As aulas ocorrem no período de 6h15minutos até as 10h15minutos, segundo os docentes, essa mudança se fez necessário devido os estudantes chegarem muito cedo à escola, e como as professoras trabalham em outra escola no turno da tarde, eles tem que chegar mais cedo e sair mais cedo, para conciliar a dupla jornada. Principalmente por se encontrar em uma escola de zona rural, eles pagam um motoboy para levá-los até a BR, onde ficam esperando carona para chegar até a cidade de São João Evangelista, almoçar e se deslocar para a outra escola até as 12h30 minutos.

Almejando compreender como estão sendo geridas as práticas em sala de aula, que trabalham a preservação, valorização das expressões culturais da comunidade, questionamos docentes, discentes e familiares, se estas práticas estão sendo realizadas e de que forma. Os professores nos responderam:

Professor Y:

Sim, através de pesquisas e entrevistas com os mais velhos da comunidade, roda de conversa, musicas e danças.

Professor W:

Sim, Através de entrevistas, pesquisas, feitas pelos alunos, músicas e danças folclóricas da comunidade, apresentação cultural fora da escola e na comunidade.

Entrevistamos os dezesseis estudantes e destacamos a fala de quatro deles, uma vez que doze não souberam responder, mesmo após várias explicações. Perguntamos se é comum falarem sobre as representações culturais (história antecedentes, costumes da comunidade), citando exemplo:

Aluno A: Sim, principalmente com a professora Cleonice, que ensina a dança para a gente.

Aluno B: Eu não sei o que é quilombo.

Aluno C: Gosto de conversar com minha avó sobre período escravo, era muito legal ser escravo.

Aluno D: A casa grande tem uma mulher que morreu presa e chora toda noite.

Identificam-se escassos trabalhos que reforce os valores culturais de um povo quilombola como todo, nenhum dos alunos souberam responder ao pesquisador o que é “Ser Quilombo”, qual o significado da palavra “Quilombola”, e as respostas encontradas e apresentadas acima, sobre as representações não condizem com o contexto que foi colocado.

Segundo VYGOTSKY (1989), a aprendizagem tem um papel fundamental para o desenvolvimento do saber, do conhecimento. Todo e qualquer processo de aprendizagem é ensino-aprendizagem, incluindo aquele que aprende aquele que ensina e a relação entre eles. Ele explica esta conexão entre desenvolvimento e aprendizagem através da zona de desenvolvimento proximal (distância entre os níveis de desenvolvimento potencial e nível de desenvolvimento real), um “espaço dinâmico” entre os problemas que uma criança pode resolver sozinha (nível de desenvolvimento real) e os que deverá resolver com a ajuda de outro sujeito mais capaz no momento, para em seguida, chegar a dominá-los por si mesma (nível de desenvolvimento potencial).

O que nos faz pensar que se a educação for bem desenvolvida mesmo no regime multisseriado, pode sim trazer resultados positivos, desde que desprenda com ideal da homogeneidade de turma e também com as aulas centradas na exposição do docente que ensina a todos como se ensinasse a um só.

Compreendemos que a rotina das docentes que ali atuam é bem complexa, exigindo um olhar crítico, na pretensão de inovação pedagógica, que pressuponho está cada dia mais presente, na vida escolar dos docentes atuantes na escola São Felix, destacando a importância da educação formal representada pelas instituições de ensino com toda a estrutura designada para organização e sistematização dos saberes.

6.5 Educação e cultura na comunidade São Felix

Ao aprofundar o debate, sobre estratégias para trabalhar a educação quilombola, apresenta-se a experiência educacional que se baseia na pedagogia narrativa de contos, com base na cultura de sujeitos mocambos, que se reporta a memória a história de vida, de lutas e sobrevivência, usando a metodologia da história oral, permitindo um debate sobre o fenômeno, enriquecido, com os conhecimentos e acontecimentos dos dias atuais, transformando as narrativas das comunidades em história.

Enquanto educadores, temos que assumir a responsabilidade de incluir os diferentes grupos étnicos raciais, até mesmo porque este espaço é frequentado por estes diversos grupos,

onde a educação formal deve ser entrecruzada com os saberes e costumes do educando, de forma a contribuir para melhorias na sociedade.

Para isso sucedemos as perguntas apresentados a seguir, com o objetivo de identificar como está sendo trabalhados estes valores, frente à educação formal.

Caso haja, identificar a sistemática deste processo, perguntamos a professores, alunos e líder da comunidade, sobre o conhecimento e registro da história a comunidade e encontramos as seguintes respostas:

Professores: meus alunos conhecem a história dos antecedentes, porque eu conto e peço a eles para conversarem com os mais velhos, mas não existe registro da memória, da tradição.

Alunos: eu já ouvi contar algumas histórias, mas não sei ao certo, sei que não tem registro.

Líder da Comunidade: Até no momento não tem nada documentado, mas que a CEDEFES, fez este levantamento e irá publicar estes dados ainda este ano.

Secretária de Cultura: Não tem nenhum registro, mas que às vezes publicam alguns eventos da Fundação João Pinheiro.

Cedefes: Tem um breve resumo histórico das comunidades a ser publicado, mas até agosto de 2019 ainda não foi disponibilizado para acesso ao público.

Ao abordar sobre a Fazenda São Felix, conhecida por alguns como Fazenda Casa Grande, seguem alguns comentários obtidos em entrevista com alunos, sobre o que conhecem a respeito da história dos antepassados:

Aluno A: A fazenda Casa Grande, onde minha bisavó trabalhou de escrava é muito triste. Minha avó conta que tem uma mulher que chora toda noite, ela foi presa no quarto, e amarrada na cama, sem água e comida e grita até hoje pedindo socorro, pedindo para ser sair.

Aluno B: É verdade eu mesmo já vi, chorando várias vezes, eu não gosto de sair de casa perto de meia noite, porque tenho medo.

Aluno C: Direto a gente ouve o choro dela.

Aluno D: Lá tem uma arma que ele usava para manter ela presa. Ela está bem velha igual a casa, mas eu já foi lá e vi.

Aluno E: É verdade, há um tempo teve uma festa lá com os cantores, ficamos com um pouco de medo, mas fomos e voltamos cedo [...]

A Fazenda São Felix, que também, apresentada na figura 12 e 13, é um monumento não tombado, mas de grande valor histórico para as pessoas mais velhas, como este monumento se encontra em péssimo estado de conservação, e as pequenas reformas eu ela passou nos últimos anos pelo atual proprietário, que não se preocupou em manter os traços da construção antiga, esses jovens do vilarejo, podem perdem as poucos memórias que ainda resta.

O processo educacional informal, nessas comunidades se dá tradicionalmente por meio de convivência e observação dos mais velhos, tendo a tradição oral como o mais importante meio de transmissão do conhecimento, o que justifica a necessita de falar mais sobre essa temática, e buscar realizar o registro documental desse conhecimento, para que com o passar do tempo, com a morte dos mais velhos este conhecimento não se perca.

Partindo dessa ideia outras disciplinas podem ser trabalhadas, como o português, redação, leitura, interpretação e outros de acordo com o enredo. Segundo Gimeno Sacristán (2000) não se pode separar currículos e experiências, tampouco esta das condições das mesmas. Os processos de aprendizagem no que se referem a certos conteúdos têm outros condicionamentos nos professores e em geral nas condições ambientais escolares. Com a finalidade de identificar se há ou se está havendo registro da memória, da tradição, através das histórias contadas pelos mais velhos.

Indagamos os familiares, se o seu filho e outros jovens da comunidade conhecem sua história e de seus antepassados, referente ao período de Exploração da mão de obra e da formação da Comunidade São Felix.

Dos entrevistados, 56% responderam que não conhecem a história, e, que não gostam muito de falar sobre o assunto; 22 % responderam que conhecem um pouco e outros 22 % falaram que os filhos e outros jovens da comunidade conhecem muito a história dos antepassados, referente ao período de exploração.

Sugere-se que o professor nas séries iniciais trabalhe a educação, com associações do cotidiano no qual o aluno está inserido, explorando o ambiente, animais, vegetais e outros recursos do seu ambiente, promovendo aprendizado por meio de associações, que desperte o interesse da criança de forma que ele vai apreendendo se divertindo, brincando, de forma leve de adquirir o saber, buscando sempre conhecer a origem, herança cultural para fortalecer o sentimento de pertencimento ao lugar e em destaque ao Quilombo. Essa educação, não deve ser pautada na imposição, tendo o professor como o detentor do conhecimento, mas como um mediador, um cooperador do conhecimento e do respeito, deixando o aluno, como um sujeito ativo da educação, essa ideia é citada por Vygotsky:

Essa teoria apóia-se na concepção de um sujeito interativo que elabora seus conhecimentos sobre os objetos, em um processo mediado pelo outro. O conhecimento tem gênese nas relações sociais, sendo produzido na intersubjetividade e marcado por condições culturais, sociais e históricas. O homem se produz na e pela linguagem, isto é, é na interação com outros sujeitos que formas de pensar são construídas por meio da apropriação do saber da comunidade em que está inserido o sujeito. A relação entre homem e mundo é uma relação mediada, na qual, entre o homem e o mundo existem elementos que auxiliam a atividade humana. A capacidade humana para a linguagem faz com que as crianças providenciem instrumentos que auxiliem na solução de tarefas difíceis, planejem uma solução para um problema e controlem seu comportamento (VYGOTSKY, 1989, p18).

Os docentes que atuam em comunidades com perfil de São Felix, como todos os professores, têm que desenvolver o currículo, buscando aprimorar cada vez mais os conhecimentos e atendendo o BNCC e a LDB, porém, sempre realizando interface com os saberes, competências, valores, costumes e cultura de um povo no qual está se inserido. Gimeno Sacristan afirma que:

[...] currículo prescrito, é um conjunto de decisões normativas que são produzidas nos gabinetes das secretarias federais, estaduais e municipais de educação. É um currículo totalmente distanciado do currículo real, pois não respeita a diversidade, e não é construído pelos que fazem a escola cotidianamente. O currículo prescrito atribui à escola o papel de transmitir uma cultura com base na lógica da reprodução, um currículo igual para todo o território e para todos os alunos, construído para que o professor o execute da forma como veio estruturado (SACRISTAN, 1998, p. 19).

Diante do exposto e das indagações levantadas, considerando o vasto legado cultural desta comunidade, entendemos ser fundamental buscar a compreensão sobre como os bens simbólicos, socioeconômicos, culturais e artísticos, possibilitam a construção da identidade social dos sujeitos afrodescendentes, entendidos aqui como elemento fundante na manutenção das manifestações culturais e identitárias dos afrodescendentes, da comunidade São Félix.

Baseando nesse conceito, que se busca investigar como está sendo trabalhada a Educação Escolar na Comunidade, como está sendo construída a carreira desse estudante e suas implicações frente a uma comunidade do quilombo. É sábio que é necessário ter uma seleção organizada para se desenvolver um processo de ensino e aprendizagem, até mesmo para direcionar a prática pedagógica, definir o grau de rendimento escolar, idade para

apreender cada conteúdo, padronização do mínimo que se precisa ser ensinado, exigindo ações de várias esferas em prol de melhorias no percurso educacional.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do tema estudado, A Educação Escolar Na Comunidade Quilombola São Felix Em Cantagalo-Minas Gerais, percebemos a importância de se trabalhar o ensino e as competências, considerando o processo de ensino, pautado, nos valores culturais, históricos, sociais, habituais e econômicos de acordo com o perfil da comunidade, buscando sempre manter um diálogo com a família, direção e gestão do município, visando quebrar os paradigmas e desenvolver um processo educacional, pautado no respeito, na integração, inclusão, concretizando novas propostas de conhecimento. Para isso é necessário que a equipe receba capacitação, material didático, orientação pedagógica e psicológica e outros recursos que se fizer necessário para melhorar o rendimento escolar desses discentes.

A coleta de dados ocorreu com maior intensidade no ano de 2018, que foi o único ano que a escola, contou com o apoio de três professores, é assustador imaginar como era a aprendizagem desses alunos anos atrás, já que o avanço na qualidade da educação foi manifestado pelo o grupo entrevistado: pais, docentes e alunos. Uma séria reflexão que surge é de como vai ficar daqui para frente, já que conseguiram progredir minimamente, mas imediatamente dão um passo atrás, quando lhes tiram um terceiro educador.

Baseado nos dados coletados evidencia-se que o problema do Instituto Federal de Minas Gerais, *Campus* de São João Evangelista, não está recebendo estudantes da Comunidade São Felix, está ligado à ineficiência da Educação Escolar que o povoado vem recebendo aos longos dos anos. A pesquisa também revelou que a educação escolar dos pais é muito baixa, cerca de cinquenta por cento deles se diz não alfabetizado. São dados muito fortes. Ponderando, desde o nível de escolaridade dos membros da família, o que influencia diretamente na educação dos filhos na escola, fica muito mais difícil que esses pais possam ajudar seus filhos e até mesmo com o incentivo que precisam para a valorização da educação. O resultado do ditado que realizamos nas turmas reflete bastante a precariedade do processo aprendizagem dos estudantes regularmente matriculados na escola. Gerando desinteresse por parte de muitos e barreiras por parte de outros que desejam, mas não conseguem dar continuidade, uma vez que não conseguem ingressar no ensino fundamental, com o conhecimento que recebem ao longo do percurso educacional.

De acordo com a Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012 que apresenta as Diretrizes para a Educação Escolar Quilombola, a Educação Básica nessas escolas tem a incumbência de ser alicerçada na memória coletiva, em marcos civilizatórios, das práticas culturais de trabalho, festejo, e no dia a dia, considerando as tradições dos elementos que constitui a cultura da comunidade. Constatamos que os docentes em poucos momentos de sua prática, tentam remeter essa memória, com muita restrição, por não ter em mãos acervo específico, orientação e supervisão pedagógica que de suporte e norteia seu exercício pedagógico.

O objetivo de se investigar sobre as práticas desenvolvidas na escola do quilombo e as suas contribuições na manutenção das expressões culturais da comunidade São Félix, foi alcançado. Percebemos que alguns docentes que atuaram na escola, durante a pesquisa, avistaram um olhar para a necessidade de se incorporar a cultura no ensino, destaque especial o trabalho realizado pela docente W, que trabalhou de 2011 até final do ano letivo de 2018. Mesmo ela tendo acolhido a comunidade, buscando trazer um novo olhar de valorização e autoestima do povo, discutindo em sala de aula os valores, costumes e a importância do quilombo, como relatado por lideranças na comunidade, reconhecemos que ainda é muito pouco e tende a piorar ainda mais porque por enfrentar muitos obstáculos em

lecionar na referida escola, a professora W optou por pedir transferência para outra escola do município.

As expressões culturais dos estudantes matriculados são expressivas, observamos que muitos dos valores estão se perdendo, provavelmente devido à chegada de novas tecnologias, acesso a internet e redes sociais, mudança no perfil dos jovens e também por existir poucos trabalhos que propiciam o progresso dos mesmos no sentido de valorização cultural, além da escassez de registro da memória, da tradição, dos mais velhos pelos mais novos.

Os trabalhos educacionais realizados na comunidade São Felix, ainda estão longe de atender as necessidades quilombolas, é necessário estabelecer um diálogo constante com a comunidade, visando trazer a inserção da escola na comunidade, criando vínculo, parcerias, integração e conseqüentemente rompimento de barreira, buscando sempre identificar e valorizar a identidade quilombola, permitindo o sentimento de pertencimento territorial e cultural. Percebe-se um avanço expressivo na legislação, mas muitos desconhecem o conseqüentemente gera o seu descumprimento, tanto por parte dos membros atuantes da escola, e principalmente na comunidade.

Necessidade educacional do vilarejo é gritante e pede socorro, acreditamos que algumas ações como: trazer um especialista em educação para essa escola, capacitação do corpo docente, acompanhamento da direção escolar, levar ensino a jovens e adultos, trabalhar com ensino integrado, encaminhar os alunos para avaliação pedagógica, psicológica e se necessário até neurológica, buscar ajudar junto ao Instituto e outros órgãos que estão abertos a ajudar, enfim, acolher esse povo esquecido que precisa de ajuda, principalmente no campo educacional. Não estamos pedindo esmola (doação) estamos pedindo que se cumpra a legislação apresentada no corpo dessa dissertação, é preciso ajudar essa comunidade que durante muito tempo muitos alunos ficaram afastados da mesma por questão de sobrevivência.

Em linhas gerais, os resultados apontam, que ainda falta muito para que ocorra de fato uma inclusão efetiva, destaque em especial a inclusão do negro, do quilombo, do afrobrasileiro, na sociedade branca, conforme vem sendo estudando e discutido na sociedade. Ainda existe um distanciamento entre os direitos igualitários, na ocupação dos cargos, na educação, na saúde, na política, quando me refiro ao negro, estou usando a mesma menção para o quilombo, porque ambos se assemelham, não só no racismo, na cor, mas na promoção do seu grupo étnico.

Em suma, podemos concluir que a Educação Escolar na Comunidade Quilombola se for bem empenhada, promove o desenvolvimento do seu povoado. Faz necessário que as pesquisas, as discursões e os debates sobre Educação Quilombola, seja cada vez mais debatido desde o senado até a sala de aula, para que te fato a tão sonhada e deseja igualdade seja efetivada, carecemos de uma grande mobilização social, envolvendo todas as instâncias de forma a abolir ou pelo menos diminuir essa invisibilidade. E é essa a minha proposta de trabalho, quando decidir fazer essa pesquisa de mestrado, tentando diminuir essa invisibilidade da comunidade que há anos ficaram escondidos, como meio de sobrevivência e hoje é considerada comunidade invisível por continuar marginalizados pela ineficiência de inclusão.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender; e, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.”, disse Nelson Mandela.



8 REFERÊNCIAS

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: RS, ed. Artmed, 2009. (Coleção Pesquisa Qualitativa / coordenada por Uwe Flick). Bogdan, R. e Taylor, S, 1975. Introduction to qualitative research.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 2008.

ANJOS, R.S. **Quilombolas: tradições e cultura da resistência**. São Paulo: Aori Comunicações, 2006.

ARRUTI, J.M. P. A. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, SP: 2006. Edusc, 370 p.

ARRUTI, J.M.P.A. **Políticas Públicas para quilombos: terra educação e saúde**. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana (Orgs.). Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação, Heinrich Boll, ActionAid, 2009.

APOLINÁRIO, J. R. **Escravidão Negra no Tocantins Colonial: vivências escravistas em Arraias (1739 – 1800)**. Goiânia: Kelps, 2000.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ciclos do Ensino Fundamental, 3, 4: Temas Transversais. Brasília: Ministério da Educação e do desporto, Secretaria da Educação Fundamental, 1998.

BRASIL, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 de março de 2018.

BRASIL, Fundação Palmares. **Certidões Expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs)**. Disponível em: < www.palmares.gov.br/wp.../1-CRQs-Certificadas-ate-18-04-2013.pdf > .Acesso em: 14 de maio 2018.

BRASIL, **Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988**: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º Promulgada em 5 de outubro de 1988, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. acesso em: 20 de novembro de 2019.

BRASIL, **Constituição Da República Federativa Do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988".Presidência do Brasil, Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . >. acesso em: 20 de novembro de 2018.

BRASIL, **Decreto Nº 4.887, De 20 De Novembro De 2003**: Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm >. acesso em: 20 de janeiro de 2018.

BRASIL, **Resolução Nº 8, De 20 De Novembro De 2012**: Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares> >. acesso em: dia 20 de janeiro de 2018.

BRASIL, **Lei Nº 3.353, De 13 De Maio De 1888**: Extinção a Escravidão no Brasil, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2019.

BRASIL, **SEPPIR/PR**: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2017/11-novembro-1/saiba-mais-programa-brasil-quilombola-1>>. acesso em: 13 de fevereiro 2018.

BRASIL, **Decreto Nº 4.887, De 20 De Novembro De 2003**: Determina a regularização territorial das comunidades quilombolas e protege suas culturas. Disponível em: <<https://quilombos.files.wordpress.com/2007/12/artigos-68-215-e-216.pdf> >. acesso em: 14 de fevereiro de 2019.

BRASIL, **Artigo 68 Do Adct E 215 E 216 Da Constituição Da República**: Art. 68. Determina a regularização territorial das comunidades quilombolas e protege suas culturas. Disponível em: [https://quilombos.files.wordpress.com/2007/12/artigos-68-215-e-216](https://quilombos.files.wordpress.com/2007/12/artigos-68-215-e-216.pdf) >. pdf, acesso em: 14 de fevereiro de 2019.

BRASIL, **Convenção 169 Da Oit De 07 De Junho De 1989**: Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais em países independentes, da Organização Internacional do Trabalho, das Nações Unidas (ONU). Disponível em: <https://quilombos.files.wordpress.com/2007/12/convencao_169_da_oit.pdf>. Acesso em : 14 de fevereiro de 2018.

BRASIL, **Decreto Legislativo Nº 143 De 20 De Junho De 2002**: Aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes. Disponível em: <https://quilombos.files.wordpress.com/2007/12/decreto_legislativo_143_de_20_de_junho_d_e_2002.pdf>. acesso em: 14 de fevereiro de 2018.

BRASIL, **Instrução Normativa n.º 49 Do Inkra**: Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Disponível: <https://quilombos.files.wordpress.com/2008/10/instrucao_normativa_49_inkra.pdf>. acesso em: 14 de fevereiro de 2019.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola**. Parecer CNE/CEB nº 16 de 2012. Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: outubro de 2009.

BRASIL, **Portaria n.º 98 da Fundação Cultural Palmares**: Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares e o regulamenta. Disponível em: <https://quilombos.files.wordpress.com/2007/12/portaria_98_fcp.pdf>. acesso em: 14 de fevereiro de 2019.

BRASIL, **Decreto Legislativo N.º 143 De 20 De Junho De 2002**: Aprova o texto da Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes. Disponível em: <https://quilombos.files.wordpress.com/2007/12/decreto_legislativo_143_de_20_de_junho_d_e_2002.pdf>. acesso em: 14 de fevereiro de 2019.

BRASIL, **Resolução N.º 8, De 20 De Novembro De 2012 (*)** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Diretrizes%20Curriculares%20Nacionais%20para%20Ed.%20Escolar%20Quilombola.pdf>>. acesso em: de fevereiro de 2019.

BRASIL, **Lei N.º 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Parecer n.º CNE/CP 00 Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Resolução N.º 1, de 17 de junho de 2004. Edição Federal. Brasília,

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Para uma prestação de contas pública: além da amostra, da fidedignidade e da validade**. In: _____ (Org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Tradução de Tradução de Pedrinho Guareschi. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p.470-490.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. de A.; MACEDO, M. **O Método da Revisão Integrativa nos Estudos Organizacionais**. Belo Horizonte: 2011.

CANDAU, Maria.V. MOREIRA, Antônio.F.B. **Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos**. Revista Brasileira de Educação: Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação. Rio de Janeiro: mai/jun/jul/ago, n.23, 2003. p.156-168.

CARRIL, **Os desafios da educação quilombola no Brasil**: o território como contexto e texto. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro: 2017. v. 22 n. 69. Dissertação [Tese de mestrado] Universidade Rural Rio de Janeiro PPGEA: Rio de Janeiro: 2017.

CASTILHO, S. D. **Quilombo Contemporâneo: educação, família e culturas**. Cuiabá: EDUFMT, 2011.

CAVALLEIRO, E. D. S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2010.

DOMINGUES, **A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil**. [S.I]: Dados [online]. 2002, vol.45, n.3, pp.459-482. ISSN 0011-5258. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582002000300005>>. Acesso em: 12 de janeiro 2019.

FILHO, **Distribuição Da Doença De Chagas Em Minas Gerais, 1998 – 2007**. Uberlândia: 2008.

FONSECA, M. V. **A Educação dos Negros: Uma nova face do Processo de Abolição da Escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

GIMENO SACRISTÁN J. **O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise prática**. In: _____.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. Compreender e transformar o ensino. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000. Cap. 6, p. 119-148.

GIMENO SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Trad. ROSA, Ernani F. da F. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GUIMENO SACRISTAN, J. G. **Um esquema para o planejamento da prática**. In: O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ArtMed, 2000. Cap. 9, pág. 281-309.

GIROUX, H. A. **Praticando estudos culturais nas Faculdades de Educação**. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.) Alienígenas na sala de aula. Uma introdução aos estudos culturais da educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GIROUX, H.A. & MC LAREN P. **Formação do professor como uma esfera contra pública: a Pedagogia Pedagogia Radical como uma forma de Política Cultural**. In MOREIRA, A.F. & SILVA, T. T. (orgs): Currículo, Cultura e Sociedade. São Paulo: Cortez, 1994.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2003.

HALL, S. [et al]. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HOLANDA, S. B. "Africanos no Brasil". Folha da Manhã, 02 de agosto de 1950.
LOPES, A. C.; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, R. S. **A etnopesquisa implicada: pertencimento, criação de saberes e afirmação**. Brasília: Liber Livro. Brasília, 2012.

MEKSENAS, P. **Pesquisa Social e ação pedagógica**. São Paulo: Loyola, 2002.

MEYER, D. **Etnia, raça e nação: o currículo e a construção de fronteiras e posições sociais**. In: O currículo nos limiares do contemporâneo. Org. Costa, M. V. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria do Ensino Fundamental, 1999.

NASCIMENTO S. A. J. V. G. **Lagoa da Pedra: identidade e processo de escolarização em uma comunidade quilombola**. In: Anais Seminário Internacional UNINOVE, SP: 2009.

NASCIMENTO, A. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NEGRÃO, E. **Preconceitos e discriminações raciais em livros didáticos e infanto-juvenis.** In: Cadernos de Pesquisa, n. 65. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, maio de 1988.

RIBEIRO, 2015, **Titulação de territórios quilombolas: reação da bancada ruralista.** Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado, UFRRJ 2015.

ROSEMBERG, F. **Educação infantil, classe, raça e gênero.** In: Cadernos de Pesquisa, n 96. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, fevereiro de 1996.

SANTANA, Carlos Eduardo carvalho. **Processos Educativos na Formação da Identidade em Comunidades Remanescentes de Quilombo:** um estudo sobre Barra, Bananal e Riacho das Pedras. UNEB, 2005.

SOUZA, E. **Repercussão do discurso pedagógico sobre relações raciais no PCNs.** In: Racismo e anti- racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

SILVA, A. M. P. **Reinventando um passado:** diversidade étnica e social dos alunos das aulas públicas de primeiras letras na corte, na primeira metade do século XIX: [S.I] Cadernos PANESB, v.8, dez. 2006.

SILVA, M. **Formação de educadores/as para o combate ao racismo:** mais uma tarefa essencial. In: Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2012.

SANTOS, A. C. Banzato A. **Educação estética e formação inicial de professores da educação básica:** um estudo hermenêutico do projeto político pedagógico, na modalidade de educação à distância. (Dissertação de Mestrado). Universidade da Cidade de São Paulo. São Paulo: 2011.

TRIVIÑOS, A.N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VYGOTSKY, LEV S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1987. 135 p. (Coleção Psicologia e Pedagogia).

VYGOTSKY, LEV S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 168p. (Coleção Psicologia e Pedagogia. Nova Série).

WIELEWICKI, V. **A pesquisa etnográfica como construção discursiva.** Acta Scientiarum, Maringá, Paraná: 2001. 23(1):27-32.

9 APÊNDICE

Apêndice A: Principais Referências Legais em Vigor Sobre a Regularização de Territórios Quilombolas

ARTIGO 68 DO ADCT E 215 E 216 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

Determina a regularização territorial das Comunidades Quilombolas e protege suas culturas.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 143 DE 20 DE JUNHO DE 2002

Aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes.

DECRETO 5.051 DE 19 DE ABRIL DE 2004

Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

PORTARIA N.º 98 DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares e o regulamenta.

DECRETO Nº 4887 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003

Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Visando estabelecer as condições administrativas necessárias para aplicação do artigo 68 da constituição, o governo baixou o decreto 4887/2003. Este decreto concede a comunidade quilombola, o direito de seus próprios membros, definir seus “status” de quilombola, não admitindo contestação de membros externo do grupo, seja ela político, empresarial.

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 49 DO INCRA

Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012

Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

CONVENÇÃO Nº 169 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT), EM 2004, NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL

A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais foi editada a partir da necessidade dos povos interessados de se autodeterminar, apesar de fazer referência expressa às populações indígenas e tribais, o alcance das disposições da Convenção vai bem mais além, atingindo os povos e as comunidades tradicionais. Entre eles, os remanescentes quilombolas no Brasil.

Dado pelo art. 2º do Decreto Presidencial nº 4.887/2003, segundo os quais se consideram remanescentes quilombolas “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

10 ANEXOS

Anexo A- Apresentação da Proposta de pesquisa a Secretária de Educação e Cultura



INSTITUTO FEDERAL
MINAS GERAIS
Campus São João Evangelista

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
CAMPUS SÃO JOÃO EVANGELISTA

**SOLICITAÇÃO A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE
CANTAGALO-MG**

São João Evangelista, 23 de Novembro de 2017.

Prezada- Raquel
Secretária de Cultura de Cantagalo- MG

*Eu Jucilane Costa Pimenta, Servidora Pública Federal, do Instituto Federal de Minas Gerais, cadastrada no Siape: 1848087, CPF:012.329.156-96, C.I: MG-11.086.033. Venho por meio deste, solicitar autorização, para Realizar a pesquisa intitulada de pesquisa intitulada de Dissertação de Mestrado: **A ESCOLA DE UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA: Um lugar de cultura na educação formal.***

A Pesquisa será realizada na comunidade São Felix, Município de Cantagalo-MG, com o pesquisador principal que é Jucilane Costa Pimenta, do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – PPGEA/UFRRJ a realizarem sob orientação da Professora Doutora Eulina Coutinho Silva do Nascimento.

Solicitamos a autorização para gravação de áudios, vídeos, imagens, questionários, entrevistas, consulta em acervo e documentos da comunidade e demais necessários para a realização de uma pesquisa para fins de publicação em livros, periódicos, eventos científico e outras divulgações acadêmicas e claro na comunidade São Felix, caso seja de interesse da comunidade e do Município.

O pesquisador se compromete a realizar o estudo de forma a não prejudicar a andamento da escola e da Comunidade, esclarecendo antecipadamente toda abordagem e procedimento, com as pessoas envolvidas.

Cordialmente,

Anexo B - Apresentação da pesquisa à Líder da Comunidade



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
CAMPUS SÃO JOÃO EVANGELISTA

SOLICITAÇÃO A PRESIDENTA DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DA COMUNIDADE SÃO FELIX

São João Evangelista, 06 de Novembro de 2017.

Prezada: Josiane Maria Pascoal de Moura

Presidenta da Associação Quilombola da Comunidade São Felix, Cantagalo – MG.

*Eu Jucilane Costa Pimenta, Servidora Pública Federal, do Instituto Federal de Minas Gerais, cadastrada no SIAPE: 1848087, CPF:012.329.156-96, C.I: MG-11.086.033. Venho por meio deste, solicitar autorização, para Realizar a pesquisa intitulada de Dissertação de Mestrado: **A ESCOLA DE UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA: Um lugar de cultura na educação formal.***

A Pesquisa será realizada na comunidade São Felix, Município de Cantagalo-MG, com o pesquisador principal que é Jucilane Costa Pimenta, do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – PPGEA/UFRRJ a realizarem sob orientação da Professora Doutora Eulina Coutinho Silva do Nascimento.

Solicitamos a autorização para gravação de áudios, vídeos, imagens, questionários, entrevistas, consulta em acervo e documentos da comunidade e demais necessários para a realização de uma pesquisa para fins de publicação em livros, periódicos, eventos científico e outras divulgações acadêmicas e claro na comunidade São Felix, caso seja de interesse da comunidade.

O pesquisador se compromete a realizar o estudo de forma a não prejudicar a andamento da escola e da Comunidade, esclarecendo antecipadamente toda abordagem e procedimento, com as pessoas envolvidas.

Cordialmente,

Anexo C - Autorização da Líder da Comunidade para realizar pesquisa

(Elaborado de acordo com a Resolução 466/2012-CNS/CONEP)

Aceito a pesquisadora Jucilane Costa Pimenta e Eulina Coutinho Silva do Nascimento (orientador), sob responsabilidade do pesquisador principal Jucilane Costa Pimenta, do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – PPGA/UFRRJ a realizarem pesquisa intitulada **A ESCOLA DE UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA: Um lugar de cultura na educação formal**, sob orientação da Professora Eulina Coutinho Silva do Nascimento.

Ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa acima citada, concedo a anuência para seu desenvolvimento, desde que me sejam assegurados os requisitos abaixo:

- O cumprimento das determinações éticas da Resolução nº466/2012 CNS/CONEP.
- A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa.
- Não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa.
- No caso do não cumprimento dos itens acima, a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma.

Cantagalo- MG, _____de Novembro de 2017.



Josiane Maria Pascoal de Moura

Presidenta da Associação Quilombola da Comunidade São Felix, Cantagalo – MG.

Anexo D: Termo de consentimento Livre esclarecimento para menores de Idade

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MENORES DE IDADE

Caro Responsável/Representante Legal:

Gostaríamos de obter o seu consentimento para o seu filho participar como voluntário da pesquisa intitulada **A ESCOLA DE UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA: Um lugar da cultura na educação formal**, que se refere a um projeto elaborado pela Mestranda Jucilane Costa Pimenta, do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-PPGEA/UFRRJ.

O objetivo principal deste estudo é Investigar se a prática docente na escola tem contribuído para a manutenção e preservação das expressões culturais da Comunidade Quilombola São Félix e como está sendo trabalhada a educação formal.

A forma de participação consiste em responder o questionário com perguntas sobre o aprendizado dos alunos (seu filho regularmente Matriculado na Escola Municipal São Felix).

O nome não será utilizado em qualquer fase da pesquisa o que garante o anonimato e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários.

Não será cobrado nada, não haverá gastos decorrentes de sua participação, se houver algum dano decorrente da pesquisa, o participante será indenizado nos termos da Lei.

Gostaríamos de deixar claro que a participação é voluntária e que poderá deixar de participar ou retirar o consentimento, ou ainda descontinuar a participação se assim o preferir, sem penalização alguma ou sem prejuízo de qualquer natureza.

Desde já, agradecemos a atenção e a da participação e colocamo-nos à disposição para maiores informações.

Eu, _____, portador do RG nº: _____, confirmo que Jucilane Costa Pimenta, explicou-me os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. As alternativas para participação do menor _____ também foram discutidas. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto, eu concordo em dar meu consentimento para o menor participar como voluntário desta pesquisa.

Cantagalo, 18 de Maio de 2018.

(Assinatura responsável ou representante legal)

Dados do Pesquisador: Jucilane Costa Pimenta, CI: MG-11.086.033, CPF: 012.329.156-96. Residente na Rua José Procopio de Oliveira, 499, Centro, São João Evangelista/ MG. Telefone de Contato: (033) 9 8824-7957, pesquisa realizada sob a orientação da Professora: Eulina Coutinho Silva do Nascimento.

2

Anexo E: Certidão de Auto Reconhecimento-Comunidade São Felix



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

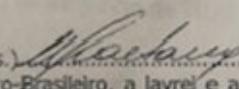
Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n. 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n. 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de São Félix**, situada nas áreas da Fazenda São Félix, localizada no município de SantaGalo, Estado de Minas Gerais, registrada no Livro de Cadastro Geral n. 09, Registro n. 902, fl. 16, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n. 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n. 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s):

Processo nº 01420.000090/2007-35

Eu, Miriam Caetana de Souza Ferreira (Ass. )....., Diretora-Substituta da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

O referido é verdade e dou fé


Maria Bernadete Lopes da Silva
Presidenta-Substituta